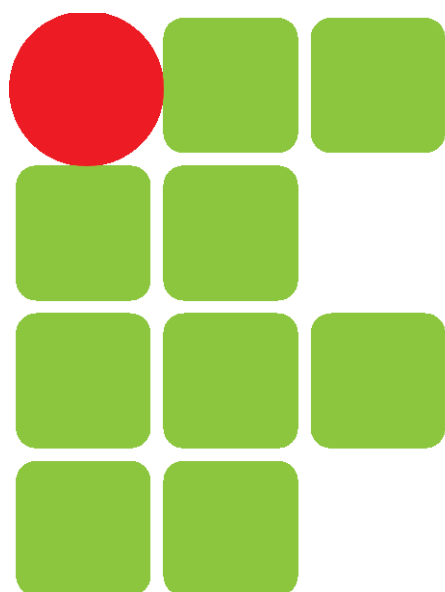




INSTITUTO FEDERAL
MATO GROSSO DO SUL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL

PDI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
Reitoria



INSTITUTO FEDERAL
MATO GROSSO DO SUL

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI

AQUIDAUANA
CAMPO GRANDE
CORUMBÁ
COXIM
NOVA ANDRADINA
PONTA PORÃ
TRÊS LAGOAS

JULHO
2009

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
FERNANDO HADDAD

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
ELIEZER MOREIRA PACHECO

REITOR
MARCUS AURELIUS STIER SERPE

Elaboração:

Projeto Gráfico e diagramação: Vanessa Constance Ambrosio - Setor de Comunicação e Marketing da Reitoria da UTFPR

Revisão: Silvino Iagher - Assessoria de Comunicação e Marketing - *Campus* Curitiba da UTFPR

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (2009-2014)

APRESENTAÇÃO

Sabendo-se que planejar é fundamental para que as ações alcancem êxito, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) torna público o seu planejamento para os próximos cinco anos e demonstra de que forma pretenderá atingir seus objetivos.

Ao comungar com a definição de que o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é a carta de intenções de uma organização, um instrumento efetivo de gestão e de transparência na tomada de decisão, e que o PDI o identifica no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe cumprir, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações acadêmicas, à sua estrutura organizacional e às atividades que desenvolve e/ou pretende desenvolver, este documento expressa os pressupostos que nortearão o trabalho do Instituto Federal nos próximos anos.

Apesar de o Instituto Federal encontrar-se em fase de implantação e ainda não ter as suas atividades acadêmicas em funcionamento, cabe, aqui, demonstrar sua forma de gestão, tanto educacional como administrativa, suas perspectivas e perspectivas para o ensino, para a pesquisa e para a extensão, tanto no que se refere ao servidor, como também aos estudantes, comunidade acadêmica, sociedade civil e setor produtivo.

Por ser uma instituição *multicampi*, com áreas distintas de atuação, com diversidade regional e cultural, pretende-se consolidar no Instituto Federal a construção de uma gestão coletiva, pautada na ética e no compromisso com a educação como um todo e com a educação profissional e tecnológica em especial, vinculada a itinerários formativos que visem, além do aumento do nível de escolaridade, obedecer aos valores e padrões culturais, éticos e morais da sociedade, oferecendo a cada estudante o direito de acesso aos conhecimentos científicos, construídos historicamente pela humanidade, o que lhe possibilitará condições necessárias para que possa exercer com dignidade seu papel de cidadão e participar da vida produtiva do País.

Marcus Aurélius Stier Serpe

Reitor

SUMÁRIO

1 PERFIL INSTITUCIONAL	11
1.1 SÍNTESE HISTÓRICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL	11
1.2 INSERÇÃO REGIONAL	12
1.3 DESCRIÇÃO DOS CAMPI EM PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO.....	16
1.3.1 <i>Campus Aquidauana</i>	16
1.3.2 <i>Campus Campo Grande</i>	18
1.3.3 <i>Campus Corumbá</i>	20
1.3.4 <i>Campus Coxim</i>	22
1.3.5 <i>Campus Nova Andradina</i>	24
1.3.6 <i>Campus Ponta Porã</i>	25
1.3.7 <i>Campus Três Lagoas</i>	27
1.4 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS INICIAIS DO INSTITUTO FEDERAL E PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS E DE DOCENTES DE 2009 A 2014	30
<i>Campus AQUIDAUANA</i>	30
<i>Campus CORUMBÁ</i>	33
<i>Campus COXIM</i>	34
<i>Campus NOVA ANDRADINA</i>	36
<i>Campus PONTA PORÃ</i>	38
<i>Campus TRÊS LAGOAS</i>	39
1.5 MISSÃO	41
1.6 VISÃO	41
1.7 VALORES.....	41
1.8 FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS DO INSTITUTO FEDERAL.....	41
2 PLANEJAMENTO DA GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL PARA O EXERCÍCIO 2009-2014.....	43
2.1. OBJETIVOS E METAS.....	43
2.1.1 Pró-Reitoria de Ensino	43

2.1.2 Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.....	45
2.1.3 Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais	46
2.1.4 Pró-Reitoria de Administração.....	47
2.1.5 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.....	48
2.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	49
2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL	51
2.4 POLÍTICAS DE ENSINO	51
2.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PESQUISA	51
3 GESTÃO INSTITUCIONAL.....	53
3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	53
3.1.1 Órgãos Colegiados: Atribuições, Competências e Composição	53
3.1.1.1 Deliberativo Máximo: Conselho Superior	53
3.1.1.2 Deliberativos Especializados:.....	55
3.1.1.2.1 Conselho de Ensino	55
3.1.1.2.2 Conselho de Pesquisa e Inovação.....	56
3.1.1.2.3 Conselho de Extensão e Relações Institucionais	57
3.1.1.2.4 Conselho de Administração.....	57
3.1.1.2.5 Conselho de Desenvolvimento Institucional.....	58
3.1.1.3 Órgãos Executivos Superiores.....	59
3.1.1.4 Diretorias Sistêmicas: Procuradoria Jurídica e Ouvidoria	59
3.1.1.4.1 Procuradoria Jurídica	59
3.1.1.4.2 Ouvidoria.....	59
3.1.1.5 Órgão de Controle: Auditoria Interna.....	60
3.1.1.5.1 Auditoria Interna	60
3.1.1.6 Fóruns Consultivos.....	60
3.1.1.6.1 Colégio de Dirigentes	60
3.1.1.6.2 Fórum de Desenvolvimento	60
3.1.1.6.3 Fórum dos Executivos dos Municípios dos <i>Campi</i>	60
3.1.1.7 Assessorias Especiais.....	61
3.1.1.7.1 Assessoria de Tecnologia da Informação	61
3.1.1.7.2 Assessoria de Transferência de Tecnologia	62

3.1.1.7.3 Assessoria de Ações Inclusivas	62
3.1.1.7.4 Assessoria de Gestão de Pessoas.....	62
3.1.1.7.5 Assessoria de Relações Internacionais.....	62
3.1.1.7.6 Assessoria de Comunicação, Imprensa e Eventos.....	62
3.1.1.7.7 Assessoria de Avaliação Institucional.....	63
3.1.1.7.8 Assessoria de Informações e Dados Institucionais.....	63
3.1.1.8 Comissões Especiais	63
3.1.1.8.1 Comissão de Ética	63
3.1.1.8.2 Comissão Própria de Avaliação	63
3.1.1.8.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente.....	63
3.1.1.8.4 Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo.....	63
3.1.2 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	64
3.1.3 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS (MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE INTERAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO E A PRÁTICA SOCIAL)	64
4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL.....	65
4.1 CORPO DOCENTE – COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO	65
4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO	66
4.3. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	67
4.4 FORMAS DE ACESSO, PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO (BOLSAS).....	67
4.5 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA (PROGRAMA DE NIVELAMENTO, ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO).....	67
4.6 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL).....	67
4.7 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	68
5 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	69
5.1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	69
5.2 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	70
5.3 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA	70
5.4 Pós-Graduação (<i>lato sensu</i>)	71
5.5 Pós-Graduação (<i>stricto sensu</i>).....	71
5.6 Programas de Extensão.....	71
5.7 Programas de Pesquisa.....	71

6	INFRAESTRUTURA.....	72
6.1	Infraestrutura Física	72
6.1.1	ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	72
6.2	ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	72
6.3	CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI	73
7	ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS.....	76
7.1	DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS.....	76
7.2	ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	77
7.3	PLANOS DE INVESTIMENTOS	77
7.4	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (5 ANOS).....	77
7.5	AValiação e acompanhamento do desenvolvimento institucional	77
7.6	PROJETO DE AVALIAÇÃO e acompanhamento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, planejamento e gestão	78
7.7	FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA.....	78
7.8	FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES.....	78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Aquidauana (2009 a 2014).....	30
QUADRO 2: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Aquidauana (2009-2014).....	31
QUADRO 3: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Campo Grande (2009-2014)	31
QUADRO 4: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Campo Grande (2009-2014)	32
QUADRO 5: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Corumbá (2009-2014)	33
QUADRO 6: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Corumbá (2009-2014)	34
QUADRO 7: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Coxim (2009-2014).....	34
QUADRO 8: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Coxim (2009-2014).....	35
QUADRO 9: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Nova Andradina (2009-2014)	36
QUADRO 10: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Nova Andradina (2009-2014)	37
QUADRO 11: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Ponta Porã (2009-2014)	38
QUADRO 12: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Ponta Porã (2009-2014).....	39
QUADRO 13: Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Três Lagoas (2009-2014).....	39
QUADRO 14: Previsão do número de docentes para o <i>Campus</i> Três Lagoas (2009-2014)	40
QUADRO 15 – Metas da Pró-Reitoria de Ensino	43
QUADRO16 – Metas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	45
QUADRO 17 – Metas da Pró-Reitoria de Relações Institucionais	46
QUADRO 18 – Metas da Pró-Reitoria de Administração	47
QUADRO 19 – Metas da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	48
QUADRO 20 – Áreas dos <i>Campi</i> do IFMS.....	72
QUADRO 21 – Licitações de NOVA ANDRADINA	73
QUADRO 22 – Licitações de CAMPO GRANDE	74
QUADRO 23 – Licitações AQUIDAUANA, CORUMBÁ, COXIM, PONTA PORÃ e TRÊS LAGOAS	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos Campi do Instituto Federal no Estado de Mato Grosso do Sul	13
Figura 2 – Projeto do <i>Campus</i> Aquidauana	18
Figura 3 – Projeto do <i>Campus</i> Campo Grande	19
Figura 4 – Projeto do <i>Campus</i> Corumbá	22
Figura 5 – Projeto do <i>Campus</i> Coxim	24
Figura 6 – <i>Campus</i> Nova Andradina	25
Figura 7 – Projeto do <i>Campus</i> Ponta Porã	27
Figura 8 – Projeto do <i>Campus</i> Três Lagoas	29
Figura 9 – Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Aquidauana (2009 a 2014)	31
Figura 10 – Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Campo Grande (2009-2014)	33
Figura 11 – Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Corumbá (2009-2014)	34
Figura 12 - Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Coxim (2009-2014)	36
Figura 13 - Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Nova Andradina (2009-2014)	38
Figura 14 - Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Ponta Porã (2009-2014)	39
Figura 15 - Previsão do número de alunos para o <i>Campus</i> Três Lagoas (2009-2014)	41
FIGURA 16 - Características do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	43
FIGURA 17 – Modelo de interação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	53
FIGURA 18 – Organograma operacional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	54

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (2009-2014)

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 SÍNTESE HISTÓRICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica comemora, em 2009, seu centenário. No Estado do Mato Grosso do Sul, esta rede passou a ter representatividade somente em 2007, no dia 25 de outubro, quando o Presidente da República sancionou a Lei nº. 11.534, sobre as Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Desta lei culminou a criação da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede na capital do Estado, Campo Grande, e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina, distante 23 km do município de Nova Andradina. De acordo com o Art. 2º desta lei, estas escolas foram criadas como entidades de natureza autárquica, vinculadas ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993.

Dada a reestruturação ocorrida em dezembro de 2008 na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina passaram a compor os *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul pela promulgação da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. De acordo com esta lei, o Instituto Federal é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Para sua implantação, o Instituto Federal contou com o apoio da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), por meio das portarias do Ministério da Educação nº. 1.063 e nº. 1.069, de 13 de novembro de 2007, que atribuíram à UTFPR adotar todas as medidas necessárias para o funcionamento, como também utilizar como parâmetro seu modelo de organização, de suas diretrizes para fins de constituição, para iniciar as atividades do Instituto Federal.

Ao reportar aos 100 anos de história da Educação Profissional e Tecnológica, que teve início em 1909 com as 19 Escolas de Aprendizes Artífices, com o objetivo de atender aos “desvalidos da sorte”, faz-se a trajetória de sucesso educacional destas instituições centenárias, lembrando que, dada a sistematização educacional alcançada, passaram de Liceu à Escola Técnica, de Escola Técnica Federal a Centro Federal de Educação Tecnológica, e agora, recentemente, à transformação em Instituto Federal.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, que se encontra em fase de implantação, é parte do II Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e contará com sete *Campi* nos municípios de: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas, situados em regiões estratégicas do Estado, oferecendo cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, engenharias e licenciaturas, com previsão de início das atividades acadêmicas em 2010.

1.2 INSERÇÃO REGIONAL

O Instituto Federal tem atuação no alto pantanal com representatividade do *Campus* Aquidauana; no baixo pantanal, com o *Campus* Corumbá; no Alto Taquari, com o *Campus* Coxim; na região central, representada com o *Campus* Campo Grande; a sudoeste pelo *Campus* Ponta Porã e ao leste, com o *Campus* Três Lagoas. Esta posição estratégica no Estado de Mato Grosso do Sul permitirá ao Instituto Federal atender às demandas existentes e preparar pessoas para o mundo do trabalho sulmatogrossense e de seu entorno, tendo como uma de suas prioridades atuar como indutor do desenvolvimento local e regional.

O Instituto Federal apresenta-se com o objetivo de difundir a tecnologia, buscando diversificar as áreas de atuação no Estado de Mato Grosso do Sul, que permitam o desenvolvimento de novos processos de produção e de processamento e industrialização do setor primário, para agregar valor à produção local e aos arranjos produtivos locais.

Também busca aumentar as oportunidades educacionais nas áreas profissionais, permitindo a permanência do jovem e do adulto no Estado, sem a necessidade de deslocamento para outros centros educacionais do País, fato que pode acelerar o desenvolvimento dos municípios em que os *Campi* serão instalados.

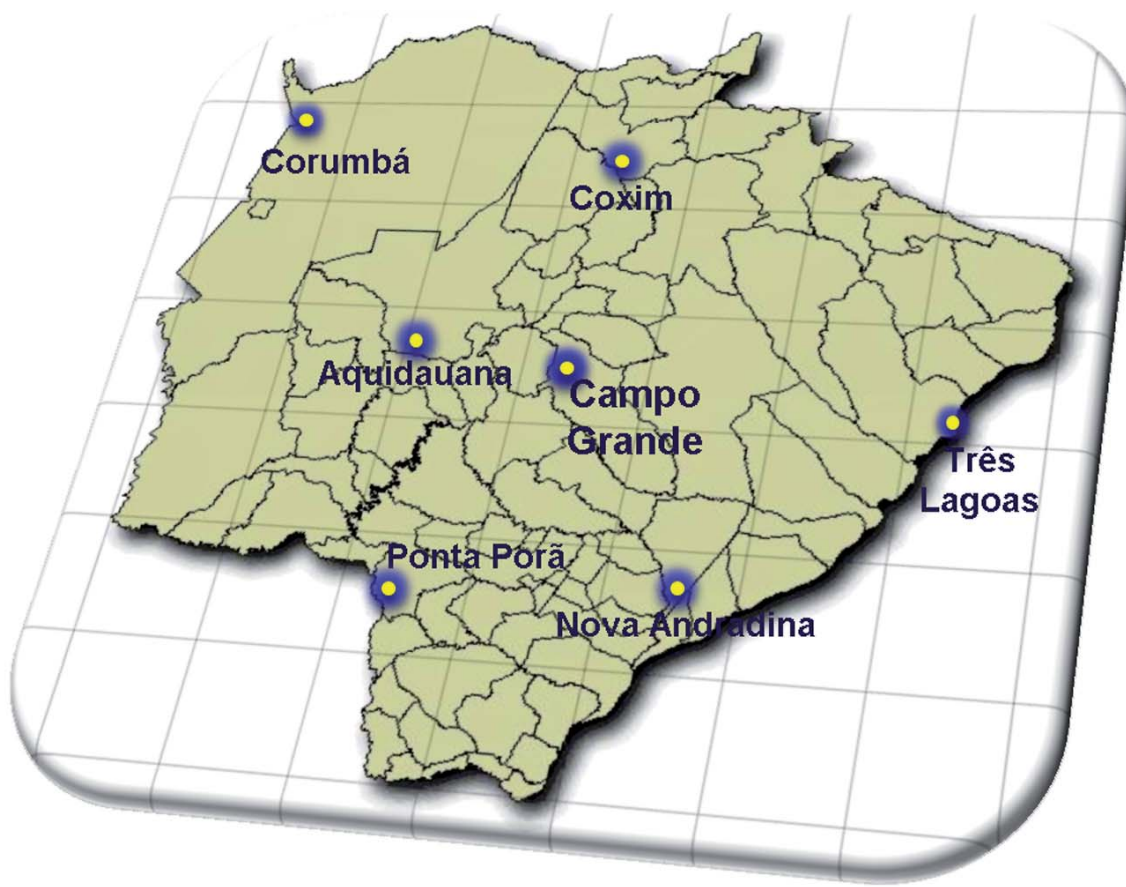


Figura 1 - Localização dos Campi do Instituto Federal no Estado de Mato Grosso do Sul

A HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

Em 1492, após a descoberta do continente americano por Cristóvão Colombo, Portugal e Espanha passaram a disputar terras.

1494 - Foi assinado o Tratado de Tordesilhas, dividindo as terras da Quêrcia entre as coroas portuguesa e espanhola. Este tratado vigorou até 1750, quando foi revogado pelo Tratado de Madri.

1500 - O Brasil foi descoberto.

1535 - Foi fundada a cidade de Lima.

1536 - Pedro de Mendonça chegou ao Estuário da Prata. Também, neste ano, foi fundada Buenos Aires, que cinco anos depois foi abandonada e fundada novamente em 1580.

1538 - Domingos Martinez de Irala fundou a colônia de Maracaju.

1549 - Tomé de Souza, o primeiro governador geral chega ao Brasil trazendo consigo os primeiros jesuítas.

1554 - A cidade de São Paulo foi fundada.

1560 - Fundação da cidade de Santa Cruz de La Sierra.

1565 - A cidade do Rio de Janeiro foi fundada.

1580 - Rui Dias Melgarejo, mandado por João Guaraí, fundou Santiago Scerez, atual município de Miranda.

Alguns historiadores garantem que, em 1593, foi fundada outra Scerez pelo espanhol Rui Dias de Gusmão, próxima à atual Camapuã.

Os jesuítas se fixaram na região de Guaíra, que mais tarde foi destruída pelos bandeirantes.

1628 - Início das Entradas e Bandeiras.

1719 - Iniciou-se a Corrida do Ouro e com ela nasceu o Arraial da Torquilha, que mais tarde deu origem à cidade de Cuiabá.

1748 - Nasce a primeira capitania de Mato Grosso, com o primeiro governador Antônio Rolim de Moura Tavares, que se estabeleceu em terras chamadas Mato Grosso, próximas à atual Bolívia.

1752 - Antônio Rolim de Moura fundou a Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, às margens do Rio Guaporé.

A capitania de Mato Grosso foi desmembrada de São Paulo. Esta capitania teve os seguintes governadores:

Antônio Rolim de Moura Tavares (1751-1754).

João Pedro da Câmara (1765-1768).

Luís Pinto de Souza Coutinho (1769-1772).

Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789).

João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1796).

Caetano e Pinto de Miranda Montenegro (1796-1803).

Manoel Carlos de Abreu Menezes (1804-1805).

João Carlos Augusto d'Oeynhausen Gravenbourg (1807-1819).

Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho (1819-1821).

1767 - Foi fundado um presídio nas terras de Iguatemi.

A colônia de Iguatemi foi a primeira para a posse efetiva da região de fronteira, que hoje constitui Mato Grosso do Sul.

1772 - O general Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres assumiu o governo da capitania de Mato Grosso por dezessete anos.

Depois da fundação do Forte Coimbra, em 1775, o governador da Província de Mato Grosso, Luís Albuquerque, ordenou a construção de um ponto de apoio militar.

1789 - O general Luís de Albuquerque transferiu o governo de sua capitania ao seu irmão João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

1796 - Morreu João de Albuquerque, em seu lugar assumiu Caetano Pinto de Miranda e Montenegro. Com a independência do Brasil, em 07 de Setembro de 1822 as capitanias passaram a províncias.

1830 - Início efetivo do povoamento das terras que hoje constituem o Estado de Mato Grosso do Sul.

1839 - O capitão-tenente Augusto Leverge, cônsul geral do Brasil, foi nomeado com o intuito de estabelecer boas relações com o Paraguai.

1844 - O Brasil e o Paraguai iniciaram conversações sobre a navegação do Rio Paraguai, mas essa tentativa fracassou, uma vez que o Brasil não definiu os limites.

Bolívia e Paraguai reivindicam as terras brasileiras. Medidas foram tomadas a fim de evitar qualquer movimentação que viesse a ameaçar o território.

1850 - Solenidade de fundação do forte no sopé do morro chamado Pão de Açúcar.

Também, nesse ano, Carlos Antônio Lopez atacou o forte, obrigando os soldados do tenente Francisco se retirarem. Os índios guaicurus, que viviam ali perto e que eram inimigos dos paraguaios, tentaram socorrer o tenente, sem êxito. Revoltados, subiram o Rio Paraguai e atacaram o Forte Olimpo.

1856 - Em seis de abril, Brasil e Paraguai puseram termo aos desentendimentos, dilatando assim a questão por seis anos.

1858 - Rio Branco foi a Assunção firmar uma convenção que liberava a navegação dos rios Paraguai e Paraná para os navios de guerra do Paraguai e do Brasil; porém, a questão dos limites foi adiada.

Seis anos depois, Carlos Antônio Lopez Solano executaria a invasão das terras disputadas.

1862 - O Uruguai envolve-se na revolução armada dos colorados.

Os diplomatas diziam a Lopez que o Brasil invadiria o Uruguai para estender as fronteiras até o Rio Negro e a Argentina e incorporar o restante do pequeno país oriental ao seu território, o ideal de Lopez era conquistar a América do Sul.

Um oficial do exército de Lopez chegou a Corumbá em fins do ano de 1863, um estrategista de alto gabarito, disfarçado de fazendeiro, com grande interesse em conhecer os campos do sul e suas fazendas de gado.

1864 - A colônia de Dourados é invadida por Isidoro Resquim com uma numerosa guarnição, sem obter sucesso, sob o comando de Antônio João.

Durante a guerra da Tríplice Aliança, o Brasil se uniu à Argentina e ao Uruguai para combater o Paraguai.

1870 - Término da guerra, em 1º de março.

1870 - Após a guerra, o comércio internacional foi fator predominante para a ocupação da fronteira oeste brasileira.

No dia 23 de novembro de 1891, Marechal Deodoro da Fonseca renunciou tomando posse Marechal Floriano Peixoto.

Em 1924, o Banco do Brasil instalava sua 14ª agência aberta no Brasil.

Em 1930 funcionavam 25 bancos internacionais, como o *City Bank* e a moeda corrente era a esterlina.

A ferrovia, considerada um sinônimo de desbravamento dos cerrados da região oeste brasileira, foi responsável pela ruptura de Corumbá com os principais centros comerciais da Bacia do Prata, em especial, Buenos Aires e Montevideú.

1974 - O Governo Federal, com base na Lei Complementar nº 20, estabeleceu a legislação básica para a criação dos estados e territórios, reascendendo assim, a campanha pela autonomia.

Em 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel assinou, com base na Lei Complementar nº 31, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando-o do Estado de Mato Grosso.

(Pesquisa realizada pela acadêmica: Karla Marques de Freitas - 2º ano de Turismo - Centro Universitário de Aquidauana - UFMS).

Ao conhecer a história de luta e coragem deste estado, verifica-se que, economicamente, Mato Grosso do Sul requer a diversificação de sua estrutura produtiva para reduzir a excessiva dependência do binômio boi – soja e, recentemente, do carvão – cana de açúcar. As experiências históricas demonstram que as flutuações nos preços dos poucos produtos que o estado produz são fatores de instabilidade do emprego e da renda da população, bem como da arrecadação estadual.

A implantação do Instituto Federal, em regiões estratégicas do Estado de Mato Grosso do Sul, propiciará mudanças significativas na estrutura econômica do Estado e buscará a formação de pessoas capacitadas no âmbito da educação tecnológica, que permitirá o surgimento de novas iniciativas empreendedoras, voltadas a setores produtivos ainda não explorados.

Assim, o Instituto Federal poderá incentivar a vinda de empresas para essas regiões do Estado, com diversidade de atuação, pela existência de pessoas preparadas e com capacidade para exercer os diferentes cargos e funções nas áreas de atuação desta Instituição.

O projeto de implantação do Instituto Federal baseia-se em um sério e complexo levantamento das necessidades reais e projetadas, além de análises mercadológicas realizadas no Estado, com o objetivo de estabelecer um diálogo com a sociedade e buscar, em conjunto, a indicação das áreas profissionais a serem ofertadas. Ressalta-se que este profundo e detalhado estudo foi realizado junto às prefeituras, à sociedade civil, às secretarias estaduais e municipais de educação e à comunidade, para a definição dos cursos que pudessem atender às demandas locais, além da realização de várias audiências públicas.

Como já citado, no Estado de Mato Grosso do Sul ainda não se fazia presente a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, fato que, em consequência, levava a uma incipiente e tímida atuação dos cursos profissionalizantes. Por isso, a presença do Instituto Federal será marcante no preparo de pessoas para o mundo do trabalho e na busca de investimentos para o estado. O Instituto Federal buscará parceiros para serem também protagonistas em projetos que visem impulsionar o desenvolvimento local e os arranjos produtivos, aumentando, consequentemente, a qualidade de vida da sociedade sulmatogrossense.

1.3 DESCRIÇÃO DOS CAMPI EM PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

1.3.1 *Campus Aquidauana*

Histórico do Município

O município de Aquidauana possui uma população de mais de 40 mil habitantes, distribuída em 16 mil quilômetros quadrados de área territorial, várias aldeias indígenas da Nação Terena e os seguintes distritos: Cipolândia, Piraputanga, Camisão e Taunay, onde está concentrada a maior comunidade indígena do Brasil. Também, possui fazendas e local apropriado para a prática de esportes. Uma vez por ano acontece um grande evento na cidade, o maior evento turístico do Centro Oeste do Brasil, a Pantaneta – A Micareta do Pantanal. Esta cidade nasce a 12 km da lendária Santiago de Xeres, porto fluvial fundamental para o desenvolvimento da região.

Fundada em 15 de agosto de 1892, às margens do rio Moboteteu, atual Rio Aquidauana, foi implantada por uma comissão composta pelo major Theodoro Rondon e pelos coronéis João d'Almeida Castro, Augusto Mascarenhas, Estêvão Alves Correa e Manoel Antônio Paes de Barros. Foi elevada a distrito pela Lei nº 467, de 18 de dezembro de 1906, e o município foi criado pela lei número 772, de 16 de agosto de 1918. No dia 15 de agosto comemora-se o aniversário da cidade.

Distante alguns quilômetros de Aquidauana, podem ser encontradas algumas aldeias, como Bananal, Imbirussu dos Índios Terenas e um distrito chamado Taunay.

O Rio Aquidauana, que empresta o nome ao município, tem suas cabeceiras sobre a serra de Maracaju, cerca de 1.200 km de leito, juntando-se ao Rio Miranda cem quilômetros de sua foz do Rio Paraguai. Sua navegação atende somente a fazendas com pequenas embarcações nas épocas das cheias, quando as estradas do Pantanal ficam intransitáveis. Esse rio já teve várias denominações: Mateteú, Mboteteú e Embeteteú. Mondego, Guachiu e Miranda. A cidade tem clima tropical, com vários pontos turístico,s como a catedral (uma cópia de Notre Dame, em Paris), a Ponte da Amizade,etc. É possível também conhecer pratos típicos da cidade em restaurantes tradicionais.

Distância da Capital: 131 km.

Distritos (Censo 2000): Aquidauana (sede 35.869 hab.), Camisão (902 hab.), Cipolândia (913 hab.), Piraputanga (745 hab.) e Taunay (5.011 hab.).

IDH-M (2000): 0,757 (26º no ranking MS).



Figura 2 – Projeto do Campus Aquidauana

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus Aquidauana*:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Edificações – previsto para início em 2010.

Eixo: Infraestrutura

Técnico em Informática – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Artesanato

Eixo: Produção Cultural e *Design*

Técnico em Móveis

Eixo: Produção Industrial

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Química

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Curso Superior de Tecnologia em Produção Moveleira

Eixo: Produção Industrial

1.3.2 Campus Campo Grande

Histórico do Município

A história de Campo Grande é calcada em três destacados vultos: o poconeano João Nepomuceno e os mineiros José Antônio Pereira e Manoel Vieira de Souza. À José Antônio Pereira dá-se as honras e glórias de fundador da cidade, pois ele e sua comitiva acamparam, em 21 de junho de 1872, em um local que denominaram Mato Cortado, onde se encontra hoje o Horto Florestal. Foi elevada a distrito pela Lei nº 793, de 23 de novembro de 1889, e o município criado pela Resolução Estadual nº 255, de 26 de agosto de 1899. Em 11 de outubro de 1977, com a criação do Estado de MS, tornou-se a capital do mesmo. Seu aniversário é comemorado no dia 26 de agosto.

De acordo com o IBGE (2006), sua população é de 747.189 habitantes e o PIB é de R\$ 7.839.567.000. Capital e maior cidade sulmato-grossense, localiza-se no centro geodésico de MS, entre o planalto da Serra de Maracaju e o Rio Aquidauana. Tem posição estratégica, sendo passagem quase obrigatória para o Paraguai, Bolívia e o turismo no Pantanal e Bonito. A cidade é conhecida pelo seu planejamento, museus, centros culturais, parques, bibliotecas, entre outros. Antes do desmembramento, Campo Grande já era considerada a maior cidade do Estado de Mato Grosso. Após a divisão, continua sendo a maior cidade de Mato Grosso do Sul.

Área: 8.096,051 km² (representa 2,27% do estado).

Distritos (Censo 2000): Campo Grande (sede – 659.196 hab.), Anhanduí (3.485 hab.) e Rochedinho (940 hab.).

IDH-M (2000): 0,814 (2º no ranking estadual)



Figura 3 – Projeto do Campus Campo Grande

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus* Campo Grande:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Mecânica – previsto para início em 2010.

Eixo: Controle e Processos Industriais

Técnico em Eletrotécnica – previsto para início em 2010.

Eixo: Controle e Processos Industriais

Técnico em Artesanato - previsto para início em 2010.

Eixo: Produção Cultural e Design

Técnico em Manutenção e Suporte em Informática

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Edificações

Eixo: Infraestrutura

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Educação Profissional - previsto para início em 2010.

Licenciatura em Matemática

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial

Eixo: Controle e Processos Industriais

Curso Superior de Tecnologia em Manutenção Industrial

Eixo: Controle e Processos Industriais

Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural

Eixo: Produção Cultural e *Design*

Curso Superior de Tecnologia em Segurança da Informação

Eixo: Informação e Comunicação

CURSOS DE ENGENHARIA

Engenharia Industrial Elétrica/ênfase em Eletrotécnica – previsto para início em 2010.

Engenharia Industrial Mecânica - previsto para início em 2010.

Engenharia da Computação

Engenharia de Produção Civil

1.3.3 *Campus* Corumbá

Histórico do Município

Após a fundação do presídio de Nova Coimbra, em 13.09.1775, o governador Luiz de Albuquerque e Cárceres determinou que João Leme do Prado encontrasse, ao longo do Rio Paraguai, locais que servissem à construção de um segundo presídio. Definido o local, a 31.08.1778, ali se estabeleceu João Leme do Prado e diversas famílias, dando início a uma nova população. A ata de fundação foi lavrada em 21 de setembro de 1778, com a denominação de Albuquerque. Foi elevada a distrito pela Lei n.º 04, de 19 de abril de 1838 e o município pela Lei nº 712, de 05 de julho de 1850. No dia 21 de setembro, comemora-se o aniversário e no dia 13 de junho a retomada de Corumbá.

Corumbá é a terceira cidade mais populosa e importante do Estado, sendo também o maior município em extensão territorial e o maior e mais populoso centro urbano fronteiro de todo o Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Corumbá é conhecida como cidade branca, pela cor clara de sua terra. Localizado às margens do Rio Paraguai, grande parte do município é ocupado pelo Pantanal sulmatogrossense. Em razão disso, o apelido capital do pantanal denota a importância de Corumbá, que é a principal e mais importante zona urbana da região alagada.

Por se localizar na fronteira com a Bolívia, pode-se conhecer cidades vizinhas, como Puerto Suarez e Puerto Quijarro, que contam com uma Zona Franca para compras de produtos importados e artesanato boliviano. No território de Corumbá está localizado o município de Ladário, que, juntos, somam 118.865 habitantes.

Possui uma população de 99.196 habitantes e PIB de R\$ 1.973.945.000. Localiza-se às margens do Rio Paraguai, é conurbada com Ladário e mais três cidades do lado boliviano (Puerto Suarez, Puerto Quijarro e Puerto Aguirre), que são procuradas por seu artesanato em cerâmica, couro, lã, prata e tapeçaria, além de eletrônicos e eletrodomésticos.

Importante centro cultural e de eventos de Mato Grosso do Sul, possui vários centros culturais e de exposições, museus e bibliotecas, além de sediar o Festival América do Sul, um evento multicultural. Em pleno Pantanal, além de ser centro de apoio dentro da região, a cidade oferece voos panorâmicos sobre a região e safáris fotográficos.

Distância da Capital: 415 km.

Área: 64.960,863 km² (representa 18,19% do Estado).

Distritos (Censo 2000): Corumbá (sede – 88.804 hab.) Albuquerque (1.846 hab.), Amolar (239 hab.), Coimbra (674 hab.), Nhecolândia (1.391 hab.), Paiaguás (1.992 hab.) e Porto Esperança (755 hab.).

IDH-M (2000): 0,771 (16º no ranking estadual).



Figura 4 – Projeto do Campus Corumbá

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus Corumbá*:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Metalurgia – previsto para início em 2010.

Eixo: Controle e Processos Industriais

Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Aquicultura

Eixo: Recursos Naturais

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Ciências Biológicas – previsto para início em 2010.

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos – previsto para início em 2010.

Eixo: Controle e Processos Industriais

Curso Superior de Tecnologia em Produção Pesqueira

Eixo: Recursos Naturais

1.3.4 *Campus Coxim*

Histórico do Município

O Arraial de Beliago, primeiro nome do povoado, em virtude de seu fundador – Domingos Gomes Beliago, foi fundado em 1729 por força da Rota das Monções. A Rota das Monções era o caminho percorrido pelos monçoeiros por vias fluviais, que buscavam alcançar as minas auríferas de Cuiabá, descobertas desde 1719. Os monçoeiros eram exploradores, paulistas, aventureiros, missionários e soldados da coroa, movidos pelo sonho do ouro, poder, riquezas e outras ideologias da época.

Desde Porto Feliz, na antiga Capitania de São Paulo, até as minas de Cuiabá, as viagens podiam levar vários meses, de acordo com as adversidades climáticas e confrontos com as tribos locais. Caiapós e Bororos eram as tribos que habitavam o que hoje é a região de Coxim.

Ao chegar à confluência dos rios Coxim e Taquari, os monçoeiros sabiam que o resto da jornada seria mais tranquila, por vontade da navegabilidade do Rio Taquari, já que o trecho que o antecedia era repleto de cachoeiras e corredeiras, o que dificultava bastante a navegação, e o leito era muito estreito, o que favorecia o ataque dos nativos às esquadras de batelões (embarcação usada pelos monçoeiros).

Pela Resolução nº 9, de 1862, Herculano Ferreira Vena, governador da província, criou o núcleo colonial de Taquari, junto ao Arraial de Belliagio, o qual teve a denominação de Herculânea e é, atualmente, a cidade de Coxim. Comemora-se no dia 11 de abril sua emancipação política.

Coxim, situado ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul, é um centro econômico e turístico regional, sendo nacionalmente conhecida como “Capital do Peixe” e “Terra do Pé de Cedro”. Abriga diversos ícones paisagísticos, como as cachoeiras Salto, Palmeiras, e os Rios Taquari e Coxim.

Representa o décimo oitavo PIB do Estado de Mato Grosso do Sul, estimado em cerca de R\$ 263 milhões (IBGE/2005), e possui um dos maiores rebanhos de bovinos do Estado. Contemplada por considerável número de hotéis, ranchos e pousadas, é um dos principais pontos de pesca do País.

Situado a leste do Pantanal, Coxim é um dos principais pontos de pesca do Brasil, atraindo diversos pescadores que buscam as águas piscosas dos rios Coxim, Jauru e Taquari. Limita-se com Rio Verde, São Gabriel, Camapuã, Alcinoópolis, Pedro Gomes e Sonora. Situada numa região dominada antigamente por índios caiapós, Coxim é conhecida como Paraíso das Águas.

Possui clima sub-úmido, com excedente de água no verão e falta dela no inverno. As temperaturas variam, em média, de 20° C a 41° C.

Antigo domínio dos índios Caiapós, é muito procurada pelos que praticam canoagem nas corredeiras do Rio Taquari ou que pretendem ver o espetáculo da piracema, de novembro a janeiro.

Distância da Capital: 257 km.

Área: 6.411,552 km² (representa 1,79% do Estado).

Distritos (Censo 2000): Coxim (sede – 27.740 hab.), Jauru (523 hab.), São Romão (734 hab.) e Taquari (1.869 hab.).

IDH-M (2000): 0,780 (10º no ranking estadual).



Figura 5 – Projeto do *Campus Coxim*

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus Coxim*:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Alimentos – previsto para início em 2010.

Eixo: Recursos Naturais

Técnico em Informática – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Aquicultura

Eixo: Recursos Naturais

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Química - previsto para início em 2010.

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Alimentos - previsto para início em 2010.

Eixo: Recursos Naturais

Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura

Eixo: Recursos Naturais

1.3.5 *Campus Nova Andradina*

Histórico do Município

A região foi colonizada por Antônio Joaquim de Moura Andrade por volta de 1938, quando adquiriu do Estado de Mato Grosso do Sul a Fazenda Caapora, que passou a denominar-se Fazenda Primavera. Em 1951, adquiriu também a Fazenda Baile, da qual, em 1957, destacou uma gleba, onde implantou os alicerces da cidade de Nova Andradina. O município foi criado pela Lei nº 1.189, de 20 de dezembro de 1958. Comemora-se sua emancipação política e o aniversário da cidade dia 20 de dezembro.

Nova Andradina possui 44.971 habitantes, está situada no sudeste de MS é fortemente dependente da agropecuária, sendo também um importante polo de criação e abate de bovinos do Brasil.

Distância da Capital: 288 km.

Área: 4.776,096 km² (representa 1,34% do Estado).

Distritos: Nova Andradina (sede).

IDH-M (2000): 0,786 (6º no ranking estadual).



Figura 6 – *Campus Nova Andradina*

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus Nova Andradina*:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Agropecuária – previsto para início em 2010.

Eixo: Recursos Naturais

Técnico em Informática – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Açúcar e Alcool

Eixo: Produção Industrial

Técnico em Agroindústria

Eixo: Produção Alimentícia

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Ciências Biológicas

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

Eixo: Informação e Comunicação

Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria

Eixo: Produção Alimentícia

Curso Superior de Tecnologia em Produção Sucroalcooleira

Eixo: Produção Industrial

1.3.6 *Campus Ponta Porã*

Histórico do Município

Em 1892, a guarnição da colônia militar de Dourados foi levada para as nascentes dos córregos: Jovai, São Tomaz, Carambola, São Vicente, Ponta Porã, Teguajho e do Rio São João. Local preferido pelos carreteiros que faziam o transporte de erva-mate, dando o início de uma povoação, denominada Punta Porã. A guarnição transferida teve a finalidade de proteger os carreteiros dos “quateros” paraguaios. O primeiro Ponta Poranense registrado foi Boaventura Nazaré, nascido em 1895. O município foi criado pela Lei n.º 617, de 18 de julho de 1912. Comemora-se seu aniversário no dia 18 de julho.

O município de Ponta Porã, localizado a Oeste do Estado de Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste do país, faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero, no país vizinho, Paraguai, com quem mantém um forte laço comercial, social e cultural, permitindo aos dois povos uma convivência pacífica, consolidando a harmonia dos seus habitantes, por meio da manutenção de suas diversidades culturais.

A localização geográfica do município fica entre os paralelos 21º e 23º, com latitude sul; 23º, 32', 30', Longitude Oeste; 55º, 37', 30", numa área de 5.359,30 km² a uma atitude de 655,65 metros acima do nível do mar, é o segundo município em altitude do estado. Com temperaturas médias anuais – mínima de 16º C a 5º C e máxima 27º C a 30º C, apresentando na totalidade da região uma topografia plana e levemente ondulada, sendo o ponto culminante a Serra de Maracaju, iniciando a elevação máxima no distrito do Apa, a 720 metros acima do nível do mar, com os seguintes limites: ao norte: Antônio João, Bela Vista, Jardim e Guia Lopes da Laguna; ao sul: Aral Moreira e Laguna Caarapã; ao leste: Dourados e Maracaju; e a oeste: República do Paraguai. Tem em sua vegetação a predominância dos campos limpos, como carac-

terística do município, formados por grandes áreas de gramíneas rasteiras, constituindo as famosas pastagens naturais, com latosolo vermelho escuro, com predominância de latosolo roxo, em suas imediações.

O PIB de Ponta Porã é de R\$ 504.810.000,00. Está situada no cone-sul do Estado e atrai muitos visitantes por ser centro de livre comércio.

Distância da Capital: 326 km.

Área: 5.328,621 km² – (representa 1,49% do Estado).

Distritos (Censo 2000): Ponta Porã (sede – 56.515 hab.), Cabeceira do Apa (1.346 hab.) e Sanga Puitã (3.055 hab.).

IDH-M (2000): 0,780 (9º no ranking estadual).



Figura 7 – Projeto do Campus Ponta Porã

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus* Ponta Porã:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Agricultura - previsto para início em 2010.

Eixo: Recursos Naturais

Técnico em Manutenção e Suporte em Informática – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Zootecnia

Eixo: Recursos Naturais

Técnico em Biocombustíveis

Eixo: Produção Industrial

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Ciências Biológicas – previsto para início em 2010.

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Curso Superior de Tecnologia em Produção de Grãos

Eixo: Recursos Naturais

1.3.7 *Campus* Três Lagoas

Histórico do Município

A história de Três Lagoas começou em 1829 com a entrada do sertanista Joaquim Francisco Lopes, de acordo com relatos no Instituto Histórico Brasileiro. Explorações completas foram realizadas na região entre 1830 e 1836. Os primeiros posseiros de terras foram Januário José de Souza, Inácio Furtado, Januário Garcia Leal, Francisco Lopes, Gabriel Lopes, José Lopes e Antônio Gonçalves Barbosa.

A Guerra do Paraguai fez com que os exploradores recuassem após avançarem o Rio Pardo, no rumo do Vacaria e do Brilhante. O fim do combate os trouxe de volta ao Vacaria.

Em 1885, Protázio Garcia Leal apossa-se da região do “Piaba”; Nícésio Ferreira de Melo se estabelece no Rio Verde; no Ribeirão do Campo Triste destacou-se Antônio Ferreira Bueno, que batizou o local de Serrinha, onde hoje se localiza o Distrito de Garcias; Antônio Paulino toma posse em águas do Campo Triste.

Nessa época já havia o destacamento do Governo Imperial em Itapura, às margens do Rio Tietê; entretanto, a comunicação com os sertanistas do Mato Grosso era inexistente.

No ano de 1888, o Capitão Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto comandava a guarnição de Itapura, composta por 40 homens escolhidos. Um deles, João Elias, iniciou uma investida na Barra do Rio Sucuriú, acima da corredeira do Jupιά. Mais tarde, Elias convenceu Protázio Garcia Leal a estabelecer comércio em Itapura.

Já em 1889, o comércio de sal e mercadorias via Rio Tietê o fez “descobrir” as três lagoas. Naquela época, a venda dos produtos já atraía posseiros e criadores de gado à região. A posse da Fazenda das Alagoas foi então dada a Antônio Trajano dos Santos, que se estabeleceu próximo à maior das três lagoas. O então fazendeiro doa uma parte de suas terras para a formação do “Patrimônio de Santo Antônio das Alagoas”, em homenagem ao santo de sua devoção.

A república contribuiu para que diversas pessoas se estabelecessem às margens dos rios que banham a região, como Sucuriú, Rio Verde, Rio Pardo e Rio Paraná.

Anos depois, o Governo do Estado doa 3.600 hectares de terra, anexados à Fazenda das Alagoas, e o povoado recebe o nome de “Vila de Três Lagoas”. Em 1915, o território é separado política e administrativamente de Santana de Paranaíba, atual município de Paranaíba, e surge a cidade de Três Lagoas.

Obs.: Parte do texto foi transcrita do Livro “Três Lagoas: Dama em Preto e Branco”, do autor Adão Valdemir Levorato, complementado pelo historiador Nilo Capello Sobrinho.

Foi elevada a distrito pela Lei nº 656, de 12 de junho de 1914, e o município criado pela Lei nº 706, de 15 de junho de 1915. Comemora-se, no dia 15 junho, sua emancipação política.

A população de Três Lagoas é de 88.592 habitantes e o PIB, R\$ 1.167.816.000,00. Está situada a extremo leste de MS é conhecida pelo turismo no Rio Paraná e hidrelétrica de Jupiá.

Distância da Capital: 313 km.

Área: 10.206,370 km² (representa 2,86% do Estado).

Distritos (Censo 2000): Três Lagoas (sede – 74.127 hab.), Arapuã (1.924 hab.), Garcia (2.339 hab.), Ilha Comprida (59 hab.) e Guadalupe do Alto Paraná (610 hab.).

IDH-M (2000): 0,787 (7º no ranking estadual).



Figura 8 – Projeto do Campus Três Lagoas

O Instituto Federal ofertará os seguintes cursos no *Campus* Três Lagoas:

CURSOS TÉCNICOS

Técnico em Edificações – previsto para início em 2010.

Eixo: Infraestrutura

Técnico em Informática – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Técnico em Eletrotécnica

Eixo: Controle e Processos Industriais

Técnico em Floresta

Eixo: Recursos Naturais

CURSOS DE LICENCIATURA

Licenciatura em Matemática – previsto para início em 2010.

CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas – previsto para início em 2010.

Eixo: Informação e Comunicação

Curso Superior de Tecnologia em Silvicultura

Eixo: Recursos Naturais

Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial

Eixo: Controle e Processos Industriais

1.4 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DOS CURSOS INICIAIS DO INSTITUTO FEDERAL E PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS E DE DOCENTES DE 2009 A 2014

Campus AQUIDAUANA

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 1: Previsão do número de alunos para o Campus Aquidauana (2009 a 2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática		160	320	480	640	800
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		160	320	480	640	800
TOTAL PARCIAL		480	960	1.140	1.920	2.400
Total de ALUNOS em 2014						2.400

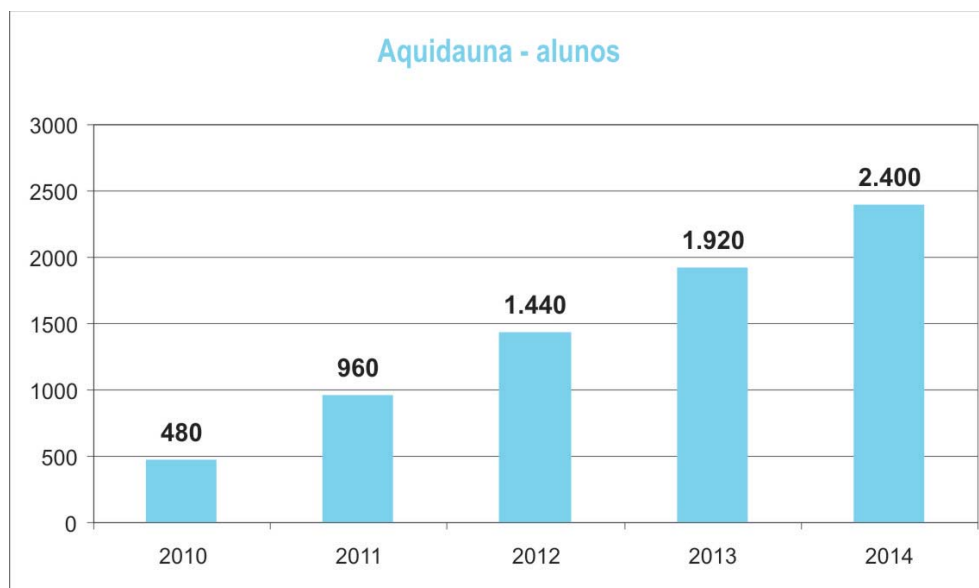


Figura 9 – Previsão do número de alunos para o Campus Aquidauana (2009 a 2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 2: Previsão do número de docentes para o *Campus Aquidauana* (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	14	4	6		
Edificações	6	6	3		
Informática	12	6	3		
TOTAL PARCIAL	32	16	12		
TOTAL GERAL		60			

Até 2012 o *Campus Aquidauana* necessitará de 60 docentes.

Campus CAMPO GRANDE

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 3: Previsão do número de alunos para o *Campus Campo Grande* (2009-2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio Eletrotécnica		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Mecânica		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Artesanato		160	320	480	640	800
Curso Superior de Tecnologia em Produção Cultural		160	320	480	640	800
Licenciatura em Educação Profissional		160	320	480	640	800
Engenharia Industrial Mecânica		160	320	480	640	800
Engenharia Industrial Elétrica		160	320	480	640	800
TOTAL PARCIAL		1.120	2.240	3.360	4.480	5.600
Total de ALUNOS em 2014						5.600

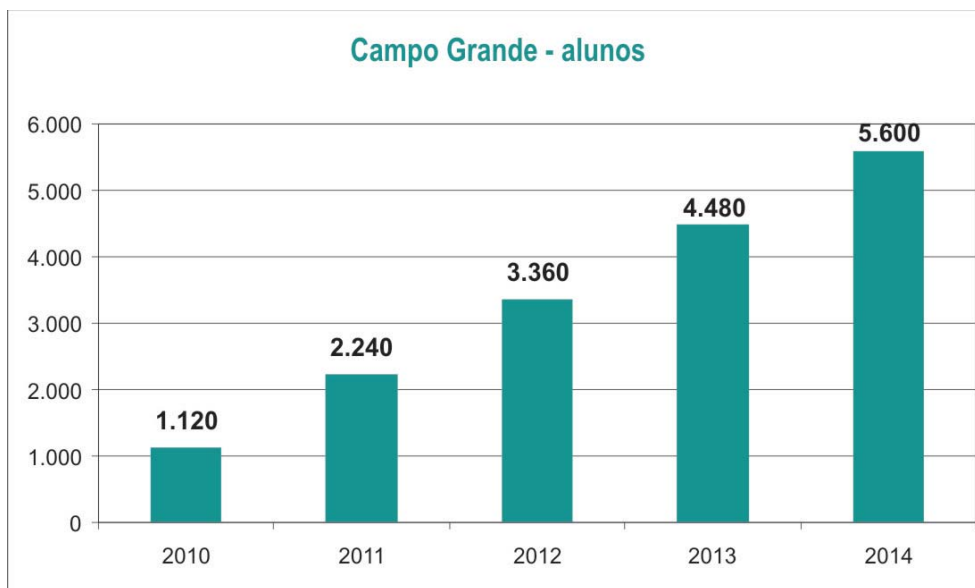


Figura 10 – Previsão do número de alunos para o *Campus* Campo Grande (2009-2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 4: Previsão do número de docentes para o *Campus* Campo Grande (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	21	6	9	3	
Mecânica	20	10	10	5	
Eletrotécnica	20	10	10	5	
Artesanato					
Produção Cultural	12	6	3	7	
Licenciatura	8	10	8	8	
TOTAL PARCIAL	81	42	40	28	
TOTAL GERAL		191			

Até 2013 o *Campus* Campo Grande necessitará de 191 docentes.

Campus CORUMBÁ

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 5: Previsão do número de alunos para o Campus Corumbá (2009-2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Metalurgia		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte em Informática		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Artesanato Aquicultura		160	320	480	640	800
Curso Superior de Tecnologia em Processos Metalúrgicos		160	320	480	640	800
Licenciatura em Ciências Biológicas		160	320	480	640	800
TOTAL PARCIAL		640	1.280	1.920	2.560	3.200
Total de ALUNOS em 2014						3.200

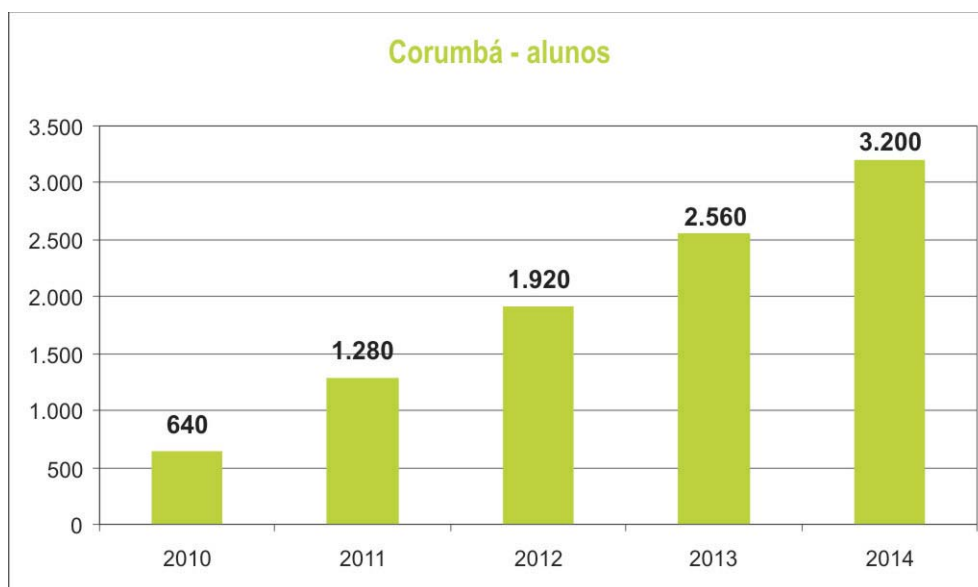


Figura 11 – Previsão do número de alunos para o Campus Corumbá (2009-2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 6: Previsão do número de docentes para o *Campus Corumbá* (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	21	6			
Informática	6	6			
Metalurgia	12	6			
Licenciatura	8	10			
TOTAL PARCIAL	47	28			
TOTAL GERAL		75			

Até 2011 o *Campus Corumbá* necessitará de 75 docentes.

Campus COXIM

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 7: Previsão do número de alunos para o *Campus Coxim* (2009-2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Alimentos		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática		160	320	480	640	800
Curso Superior de Tecnologia em Alimentos		160	320	480	640	800
Licenciatura em Química		160	320	480	640	800
TOTAL PARCIAL		640	1.280	1.920	2.560	3.200
Total de ALUNOS em 2014				3.200		

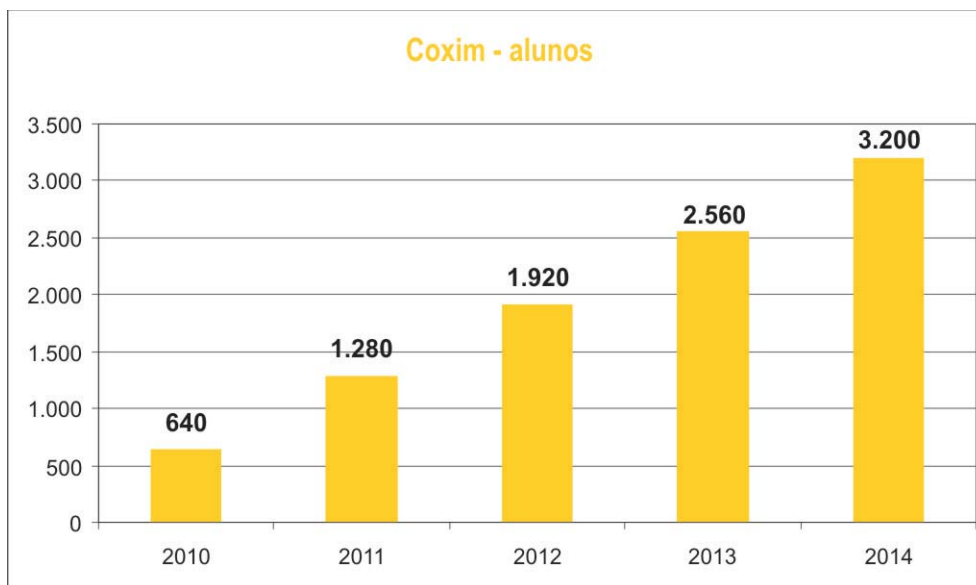


Figura 12 - Previsão do número de alunos para o *Campus Coxim* (2009-2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 8: Previsão do número de docentes para o *Campus Coxim* (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	14	4			
Informática	6	6			
Alimentos	12	6			
Licenciatura	8	10			
TOTAL PARCIAL	40	26			
TOTAL GERAL		66			

Até 2011 o *Campus Coxim* necessitará de 66 docentes.

Campus NOVA ANDRADINA (AGROPECUÁRIA – em 4 ANOS)

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 9: Previsão do número de alunos para o Campus Nova Andradina (2009-2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária (4 anos)		160	320	480	640	640
Curso Técnico Integrado Concomitante Externo em Informática		160	320	320	320	320
Curso Técnico Modalidade Proeja em Agroindústria		160	320	480	640	640
Curso Técnico Concomitante Externo em Agroindustrial				40	80	120
Curso de Licenciatura em Biologia			80	160	240	320
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas			40	80	120	120
Licenciatura em Ciências Biológicas				80	160	160
TOTAL PARCIAL		320	760	1.160	1.560	1.680
Total de ALUNOS em 2014				1.680		

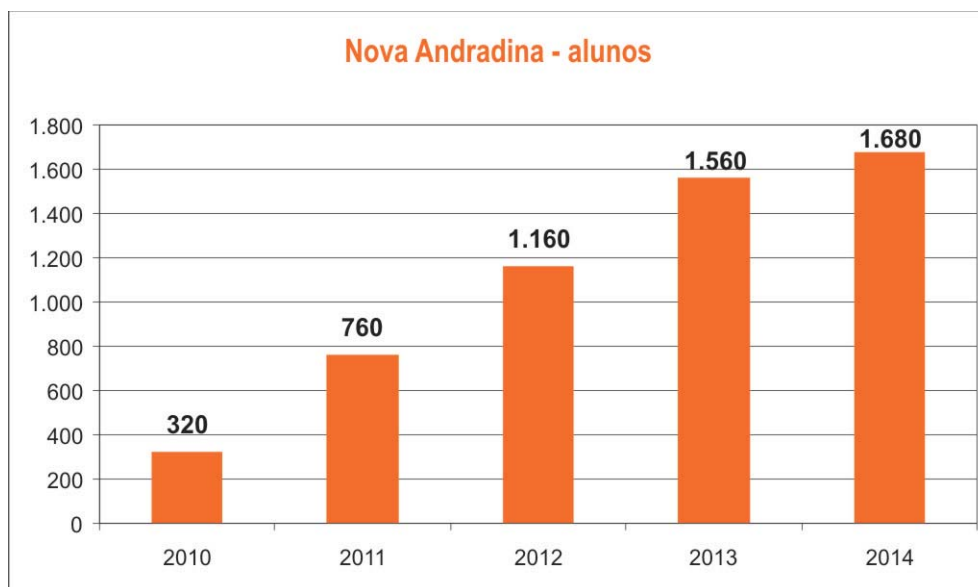


Figura 13 - Previsão do número de alunos para o *Campus Nova Andradina* (2009-2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 10: Previsão do número de docentes para o *Campus Nova Andradina* (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	9	10	-	-	
Agropecuária	9	4	-	-	
Informática	7	7	-	-	
Licenciatura	-	8	-	-	
Agroindústria	-	-	6	-	
TOTAL PARCIAL	25	29	6		
TOTAL GERAL			60		

Até 2011 o *Campus Nova Andradina* necessitará de 60 docentes.

Campus PONTA PORÃ

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 11: Previsão do número de alunos para o Campus Ponta Porã (2009-2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agricultura		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Manutenção e Suporte em Informática		160	320	480	640	800
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		160	320	480	640	800
Licenciatura em Ciências Biológicas		160	320	480	640	800
TOTAL PARCIAL		640	1.280	1.920	2.560	3.200
Total de ALUNOS em 2014				3.200		

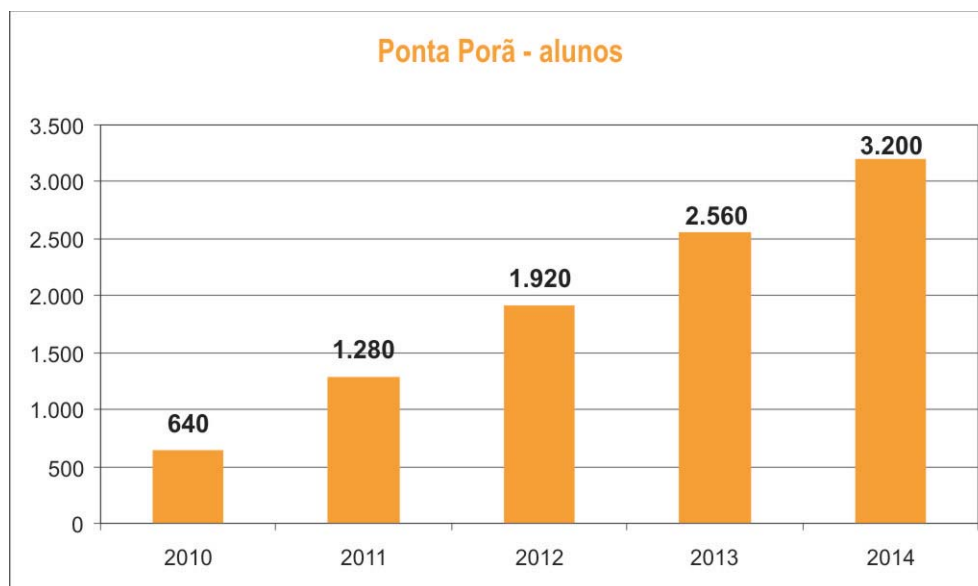


Figura 14 - Previsão do número de alunos para o Campus Ponta Porã (2009-2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 12: Previsão do número de docentes para o *Campus Ponta Porã* (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	14	4	-	-	
Agricultura	12	6	-	-	
Informática	6	6	-	-	
Licenciatura	8	10	-	-	
TOTAL PARCIAL	40	26			
TOTAL GERAL		66			

Até 2011 o *Campus Ponta Porã* necessitará de 66 docentes.

Campus TRÊS LAGOAS

PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS

QUADRO 13: Previsão do número de alunos para o *Campus Três Lagoas* (2009-2014)

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Edificações		160	320	480	640	800
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática		160	320	480	640	800
Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		160	320	480	640	800
Licenciatura em Matemática		160	320	480	640	800
TOTAL PARCIAL		640	1.280	1.920	2.560	3.200
Total de ALUNOS em 2014				3.200		

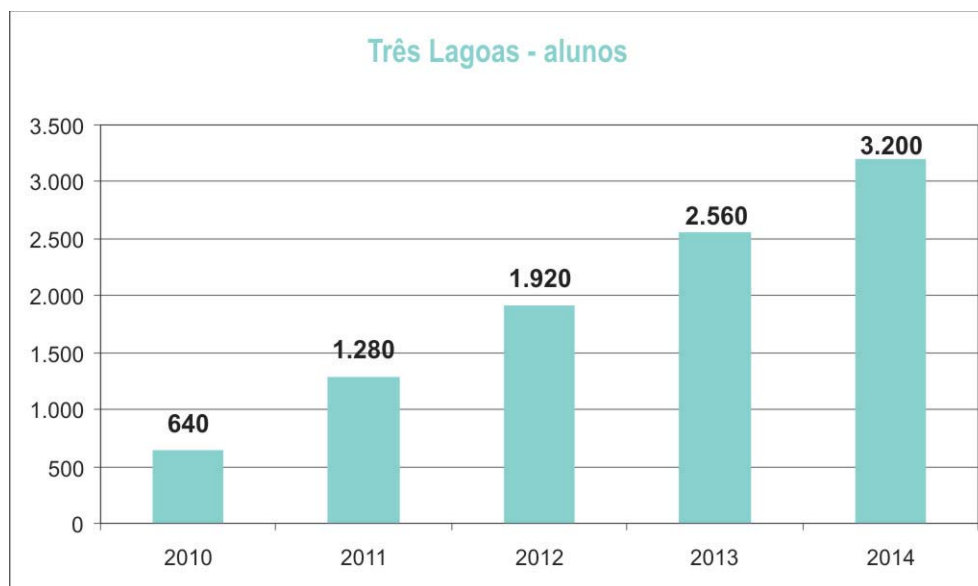


Figura 15 - Previsão do número de alunos para o *Campus* Três Lagoas (2009-2014)

PREVISÃO DO NÚMERO DE DOCENTES

QUADRO 14: Previsão do número de docentes para o *Campus* Três Lagoas (2009-2014)

ÁREA	2010	2011	2012	2013	2014
Núcleo Comum	14	4	-	-	
Edificações	6	6	-	-	
Informática	12	6	-	-	
Licenciatura	8	10	-	-	
TOTAL PARCIAL	40	26			
TOTAL GERAL			66		

Até 2011 o *Campus* Três Lagoas necessitará de 66 docentes.

1.5 MISSÃO

Ofertar Educação Profissional e Tecnológica, buscando o desenvolvimento local e regional, primando pela qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.6 VISÃO

Ser referência em Educação Profissional e Tecnológica com vistas a induzir o desenvolvimento social e a qualidade de vida.

1.7 VALORES

Desenvolvimento sustentável: As ações do Instituto Federal serão pautadas na busca do desenvolvimento que seja capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações.

Ética: Buscar sempre o que é bom para o indivíduo e para a sociedade, procurando estabelecer a natureza de deveres no relacionamento indivíduo – sociedade, moralmente, ou seja, obedecendo a normas, princípios, preceitos, costumes e valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social.

Qualidade nos serviços prestados: Buscar atender ao que foi especificado, em conformidade com as exigências solicitadas, atendendo às expectativas.

Respeito à diversidade: Promoção da convivência da diversidade de expressões culturais, sociais, religiosas e étnicas.

Equidade social: Utilização de critérios de justiça, na busca da isonomia e igualdade social.

1.8 FINALIDADES E CARACTERÍSTICAS DO INSTITUTO FEDERAL

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul tem as seguintes finalidades e características:

- ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico sulmatogrossense e nacional;
- desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- promover a integração e a verticalização da educação básica com a educação profissional e a educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- estimular as atividades socioculturais, as práticas artísticas e esportivas e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, dos resultados da pesquisa em publicações ou de outras formas de comunicação;
- constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação;
- qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; e
- promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas ao desenvolvimento sustentável.

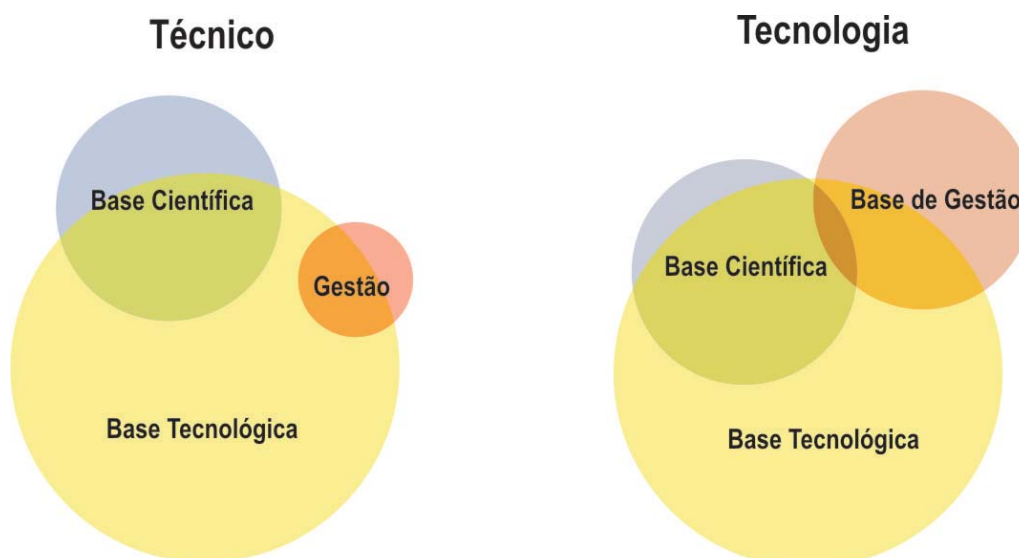


FIGURA 16 - Características do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

2 PLANEJAMENTO DA GESTÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL PARA O EXERCÍCIO 2009-2014

2.1. OBJETIVOS E METAS

2.1.1 Pró-Reitoria de Ensino

QUADRO 15 – Metas da Pró-Reitoria de Ensino

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Elaborar os Projetos Pedagógicos dos cursos a serem implantados nos <i>Campi</i>	■	■				
Adequar os Projetos Pedagógicos, elaborados pela UTFPR, dos cursos a serem implantados nos <i>Campi</i>	■	■				
Elaborar lista de equipamentos a serem adquiridos para os cursos	■	■				
Elaborar lista de livros a serem adquiridos para os cursos	■	■				
Elaborar os Regulamentos da Organização Didático-Pedagógica dos cursos	■	■				
Elaborar os Projetos Pedagógicos (PPC) e as Diretrizes Curriculares Internas (DCI) dos cursos	■	■				
Elaborar o Regulamento de Estágio Curricular dos cursos	■	■				
Elaborar, junto a comunidade acadêmica, o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI)	■	■				
Realizar análise de demanda de oferta de cursos de atualização aos docentes, a fim de ajustar a preparação para atuação nos diversos níveis e modalidades de ensino	■	■				
Elaborar e coordenar o Plano de Ação Anual da Pró-Reitoria de Ensino	■	■	■	■	■	
Implementar as políticas de Ensino e Pós-Graduação a serem adotadas pelo Instituto Federal	■	■				

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Criar procedimentos de coleta e acompanhamento de indicadores pedagógicos	■	■	■	■	■	
Criar as assessorias pedagógicas, estabelecendo mecanismos de acompanhamento do desempenho dos discentes	■	■	■	■	■	
Criar programas de educação continuada e processo interno de capacitação docente	■	■				
Propor o desenvolvimento de práticas pedagógicas, visando à eficácia do ensino e da aprendizagem	■	■				
Aprovar as políticas e diretrizes relativas ao ensino, para os cursos presenciais ou a distância	■	■	■	■	■	
Estabelecer políticas de avaliação do ensino, para cursos de Educação Básica, Educação Superior e Pós-Graduação	■	■				
Elaborar os editais dos Processos Seletivos dos discentes	■	■	■	■	■	
Realizar as atualizações curriculares dos cursos que se fizerem necessárias	■	■	■	■	■	
Elaborar o Calendário Acadêmico, ouvidas as demais Pró-Reitorias	■	■	■	■	■	
Realizar análise de demandas de cursos de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> a serem ofertados pelo Instituto Federal	■	■				
Realizar parcerias com instituições de ensino para a oferta de cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	■	■	■	■		
Implantar Programas de Pós-Graduação <i>lato sensu</i>	■	■	■	■		
Capacitar docentes para a atuação na Pós-Graduação <i>stricto sensu</i>	■	■				
Implantar um sistema informatizado de biblioteca	■	■				
Implantar página da Pró-Reitoria de Ensino	■	■				

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Elaborar Diretrizes de Gestão do Ensino (métricas)	■	■				
Realizar levantamento para análise da produção de docentes, para determinar as potencialidades e as limitações	■	■				
Instituir e padronizar normas de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal	■	■				
Elaborar o Regulamento Disciplinar Discente	■	■				

2.1.2 Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

QUADRO16 – Metas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Incentivar a criação de grupos de pesquisa		■	■			
Nortear áreas para a atuação da pesquisa		■	■			
Promover condições de implantação de Programas de Empreendedorismo		■	■	■	■	■
Viabilizar a implantação de hotel tecnológico e incubadora tecnológica		■	■	■	■	■
Institucionalizar as exposições de trabalhos tecnológicos desenvolvidos por alunos e servidores		■	■			
Elaborar regulamento para criação do Comitê de Ética de Pesquisa		■	■			
Propor políticas, diretrizes e normas gerais, para organização, funcionamento, implementação e das atividades de Pesquisa e Inovação	■					
Aprovar os regulamentos relacionados às atividades de transferência de tecnologia e direitos autorais	■					
Elaborar os regulamentos relacionados a programas de desenvolvimento social e comunitário	■	■				

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Elaborar regulamentos de programas de apoio ao desenvolvimento de <i>habitats</i> de inovação	■	■				
Criar critérios para concessão de bolsas de pesquisa	■	■				
Realizar, anualmente, um evento tecnológico, incentivando a interação do Instituto Federal com a comunidade	■	■	■	■	■	
Elaborar regulamentos relacionados às atividades de transferência de tecnologia e direitos autorais	■					

2.1.3 Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais

QUADRO 17 – Metas da Pró-Reitoria de Relações Institucionais

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Regulamentar as atividades de Extensão e Relações Institucionais		■	■			
Firmar parcerias e convênios para a realização de estágios		■	■			
Firmar parcerias e convênios com as instituições de ensino da região de cada <i>Campus</i>		■	■	■	■	■
Firmar parcerias e convênios com o setor produtivo da região de cada <i>Campus</i>		■	■	■	■	■
Institucionalizar as atividades de Extensão como compulsória aos docentes		■	■			
Incentivar as atividades de Extensão aos servidores técnico-administrativos		■	■			
Propor políticas, diretrizes e normas gerais, para organização, funcionamento, implementação das atividades de Extensão e Relações Institucionais		■	■			
Estimular a prática de atividades artísticas, culturais e desportivas, como forma de integração com a comunidade	■	■				
Criar mecanismos de interação com a comunidade	■	■				

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Elaborar regulamentos relacionados a programas de desenvolvimento social e comunitário	■	■				
Elaborar regulamento de concessão de bolsas de extensão	■	■				
Criar regulamento de apoio à promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas	■	■				
Elaborar regulamentos para a oferta de programas de educação continuada	■	■				
Incentivar e ampliar as parcerias institucionais, visando a intercâmbios e convênios de dupla diplomação com outros países	■	■				

2.1.4 Pró-Reitoria de Administração

QUADRO 18 – Metas da Pró-Reitoria de Administração

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Realizar Concurso Público para Contratação de Docentes e Servidores Técnico-Administrativos, para preenchimento das vagas dos 7 <i>Campi</i>	■	■	■			
Fazer aquisição de mobiliários, equipamentos e materiais de consumo, dando plenas condições de funcionamento aos 7 <i>Campi</i> em sua implantação	■	■	■			
Elaborar anualmente o Plano de Ação e a Prestação de Contas relativos às atividades da Pró-Reitoria	■	■	■	■	■	■
Elaborar políticas de incentivo à capacitação dos servidores	■	■				
Apreciação do orçamento anual, elaboração, estudo e participação na aprovação da matriz interna de descentralização orçamentária para os <i>Campi</i>	■	■	■	■	■	■

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Acompanhamento do andamento dos processos licitatórios referentes às aquisições de cada <i>Campus</i> , bem como da manutenção dos bens móveis e imóveis, de acordo com a legislação vigente e da especificidade de cada <i>Instituto</i>	■	■	■	■	■	■
Implantar e implementar campanhas de conscientização do uso racional de energia elétrica, telefonia, água e materiais de expediente e também programas de qualidade de vida	■	■	■	■	■	■
Auxílio na confecção e padronização de Manuais de Procedimentos para os diversos setores da Administração	■	■				
Uniformização de procedimentos relativos à coleta seletiva do lixo	■	■				
Analisar e dar parecer na prestação de contas anual da Reitoria		■	■	■	■	■
Opinar sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico		■	■	■	■	■
Propor taxas, contribuições e emolumentos, embasados por Notas Técnicas, Ordens de Serviços e Outros	■	■	■	■	■	■

2.1.5 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

QUADRO 19 – Metas da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento Institucional	■	■	■			
Propor políticas, diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento institucional, envolvendo gestão de pessoas e avaliação institucional	■	■	■	■		
Propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão	■	■	■	■	■	■

METAS	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Contribuir com o fortalecimento da identidade institucional e com a descentralização e melhoria da gestão pedagógica e administrativa						
Supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do Instituto						
Disseminar as boas práticas de gestão para os <i>Campi</i>						
Atuar na articulação da Reitoria com os <i>Campi</i>						

2.2 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

As áreas de atuação acadêmica do Instituto Federal partem dos seguintes pressupostos:

- ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para jovens e adultos;
- ministrar cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- ofertar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- ministrar cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu*, de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- ministrar cursos de pós-graduação *stricto sensu*, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica;
- ofertar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, promovendo desenvolvimento tecnológico, social, econômico, artístico, cultural, político e ambiental;

- desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica.

Com o objetivo de atender às demandas dos cidadãos, do mundo do trabalho e da sociedade e conciliar as demandas identificadas com a vocação, à capacidade institucional e seus objetivos, como critério para definir os cursos a serem ofertados pelo Instituto Federal, buscou-se informações em diversos documentos, a saber:

Nos estudos de mercado do Ministério da Educação (MEC), que correspondem a estudos e pesquisas para dimensionar e caracterizar a demanda de profissionais, com vistas a subsidiar ações do Programa de Expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Estes estudos efetuam o processamento e a análise de dados secundários, obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. As informações correspondem, também, ao levantamento, ao processamento e à análise de dados primários dos setores industriais e de serviços, utilizando metodologia adaptada da Pesquisa da Atividade Econômica Paulista – PAEP, além do levantamento, processamento e análise de dados do setor primário, com base no desenvolvimento de metodologia denominada Sensor Rural, desenvolvida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE.

Além desses, também serviram de subsídio para a definição dos cursos, os dados obtidos pela Pesquisa da Atividade Econômica Regional (PAER, 2000) que apontaram que o Estado de Mato Grosso do Sul apresenta uma indústria pouco diversificada, com especialização produtiva centrada em segmentos de baixa intensidade tecnológica. Este foi um dos indicadores que acenou para a escolha de cursos do eixo de recursos naturais, informação e comunicação e produção industrial.

Esta pesquisa apontou, também, que a análise dos indicadores de difusão tecnológica é coerente com esse quadro produtivo, revelando um padrão de especialização e de desenvolvimento industrial de baixa intensidade tecnológica. As informações sobre performance inovativa da indústria sulmatogrossense, por sua vez, revelam o baixo dinamismo tecnológico da economia industrial regional, expresso no grupo bastante restrito de empresas inovadoras.

Para a escolha dos cursos, também foi fundamental a Política de Desenvolvimento Produtivo da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), em consonância com o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC; e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – PACTI.

Diante do exposto, o Instituto Federal ofertará 27 cursos técnicos, 17 cursos superiores de tecnologia, 07 licenciaturas e 04 engenharias. Prevê-se, também, a oferta de cursos de educação inicial e continuada (FIC) e de pós-graduação, inicialmente *lato sensu* e, posteriormente, *stricto sensu*, após consolidação de programas e capacitação de docentes, nas diversas áreas de atuação em cada *Campus*. Em 2010, iniciarão as atividades já com 17 cursos técnicos, 04 cursos superiores de tecnologia, 06 licenciaturas e 02 engenharias.

2.3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Vincular as atividades do Instituto Federal às ações que possibilitem minimizar as consequências advindas dos indicadores sociais, de analfabetismo, dos índices de escolaridade, do desemprego, da violência e criminalidade, de modo que estes não sejam esquecidos e que possam ser refletidos e trabalhados por toda comunidade acadêmica.

Incentivar o protagonismo juvenil e as ações afirmativas nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão do Instituto Federal.

Incentivar e dar condições para o desenvolvimento de atividades de voluntariado entre alunos e servidores, docentes e administrativos.

Institucionalizar o voluntariado por meio da elaboração de projetos pedagógicos, cessão de espaço físico e material didático, além de propiciar pessoas e horários para a realização de atividades de responsabilidade social.

Buscar a inclusão social, cultural e tecnológica das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

2.4 POLÍTICAS DE ENSINO

Organizar cursos de educação profissional e tecnológica por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

Buscar atuar em áreas que possibilitem a verticalização do ensino, a formação inicial e continuada, a educação de jovens e adultos, a formação técnica de nível médio, a graduação e a pós-graduação, buscando, além do preparo profissional, o exercício pleno da cidadania.

Abarcar processos formativos de qualificação e requalificação profissional na perspectiva da transformação da realidade local e regional, em favor da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Criar mecanismos de acreditação e de certificação profissional.

Buscar romper a dualidade existente entre a teoria e a prática, entre a educação para o trabalhador e a educação clássica universal. A integração se faz pelas ações institucionais, pelo currículo e pela valorização da escola unitária e politécnica, buscando o trabalho como princípio educativo.

2.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PESQUISA

Oportunizar formação integral das pessoas, com sensibilidade para identificar as necessidades e oportunidades de atendimento, e parcerias na busca de solução de problemas emergentes, que possibilitem a aplicação dos conhecimentos veiculados no Instituto Federal em prol da sociedade.

Possibilitar a aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos em benefício da sociedade do entorno do Instituto Federal.

Estreitar laços com a sociedade, visando à responsabilidade socioambiental em todas as atividades do Instituto.

Desenvolver pesquisa que possa refletir e proporcionar a melhoria dos processos produtivos e de serviços no Estado de Mato Grosso do Sul.



FIGURA 17 – Modelo de interação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

3 GESTÃO INSTITUCIONAL

Estrutura Organizacional, Instâncias de Decisão e Organograma Institucional e Acadêmico.

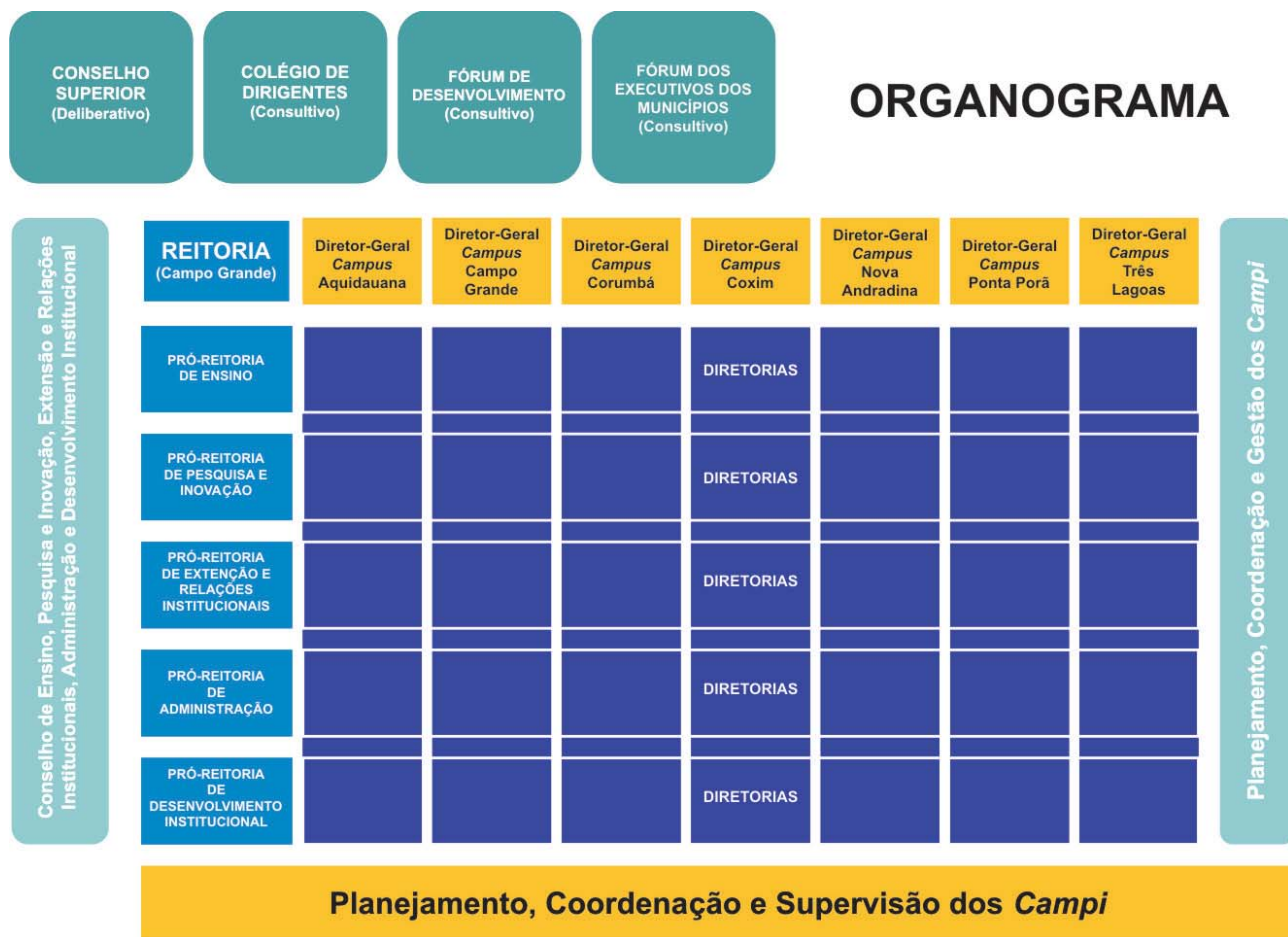


FIGURA 18 – Organograma operacional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

3.1 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que respeitem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os órgãos executivos superiores são: Reitoria, Gabinete, Assessorias Especiais e Órgãos de Apoio.

3.1.1 Órgãos Colegiados: Atribuições, Competências e Composição

3.1.1.1 Deliberativo Máximo: Conselho Superior

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do Instituto Federal, e possui a seguinte composição: Reitor, como presidente; representação de 1/3 (um terço) do número de *Campi*, destinada aos servidores docentes; representação de 1/3 (um terço) do número de *Campi*, destinada ao corpo discente; representação de 1/3 (um

terço) do número de *Campi*, destinada aos servidores técnico-administrativos; 02 (dois) representantes dos egressos, sendo 1 (um) da Educação Básica e 1 (um) da Educação Superior; 06 (seis) representantes da sociedade civil, sem vínculo funcional ou estudantil com a Instituição, sendo 02 (dois) indicados por entidades patronais, 02 (dois) indicados por entidades dos trabalhadores, 02 (dois) representantes do setor público e/ou empresas estatais; 01 (um) representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; e representação de 1/3 (um terço) dos diretores-gerais de *Campi*.

Os membros do Conselho Superior (titulares e respectivos suplentes) serão designados por ato do Reitor. Em sua composição do Conselho Superior será garantido, pelo menos, um representante de cada um dos *Campi* que compõem o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Todos os ex-Reitores serão membros vitalícios deste Conselho.

ATRIBUIÇÕES:

São atribuições do Conselho Superior:

- zelar pela observância dos princípios, finalidades e objetivos e pelas condições de funcionamento do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- aprovar as diretrizes e normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul e dos Diretores-Gerais dos *Campi*;
- aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual;
- aprovar o projeto político-pedagógico-institucional, o regulamento da organização didático-pedagógica, os regulamentos internos e as normas disciplinares;
- aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e regularidade dos registros;
- deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições que, porventura, venham a ser cobrados;
- autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos, bem como o registro de diplomas;
- aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral;
- deliberar sobre a administração dos bens e a aplicação de suas rendas; e
- deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

3.1.1.2 Deliberativos Especializados

Conselho de Ensino, Conselho de Pesquisa e Inovação, Conselho de Extensão e Relações Institucionais, Conselho de Administração e Conselho de Desenvolvimento Institucional.

3.1.1.2.1 Conselho de Ensino

O Conselho de Ensino, órgão deliberativo especializado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul em matéria de Ensino, subordinado às diretrizes do Conselho Superior, será constituído pelos seguintes membros:

Pró-Reitor de Ensino, como seu presidente; Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Diretorias de Ensino e de Pós-Graduação dos *Campi*; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos docentes; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos administrativos, representante dos discentes de Educação Básica, representante dos discentes de Educação Superior.

ATRIBUIÇÕES:

São atribuições do Conselho de Ensino:

- zelar pela boa execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI – do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- aprovar as políticas e diretrizes relativas ao ensino, para os cursos do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, presenciais ou a distância, encaminhando-as ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- aprovar os projetos pedagógicos dos cursos;
- aprovar os Regulamentos relacionados aos cursos;
- propor ao Conselho Superior políticas, diretrizes e normas relativas ao Ensino, encaminhando ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- aprovar a criação, suspensão e supressão de cursos de Educação Básica, Educação Superior e Pós-Graduação, encaminhando ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- aprovar a criação, suspensão e supressão de cursos de Educação a Distância, encaminhando ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- aprovar os regulamentos e respectivas modificações dos cursos, encaminhando ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- atuar como instância de recursos na área de Ensino;
- elaborar proposta de alteração de seu Regulamento, a ser submetida à apreciação do Conselho Superior;
- estabelecer políticas de avaliação de ensino, para cursos de Educação Básica, Educação Superior e Pós-Graduação;
- aprovar os Regulamentos relacionados aos cursos;
- aprovar os Editais dos Processos Seletivos dos discentes, bem como a criação ou a extinção de cursos;

- aprovar as atualizações curriculares dos cursos;
- aprovar, anualmente, o Calendário Acadêmico, ouvidas as Pró-Reitorias;
- aprovar, coordenar e avaliar, em todas as etapas, a oferta de cursos, regulares e não regulares;
- elaborar proposta de alteração de seu Regulamento, a ser submetida à apreciação do Conselho Superior; e
- manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

3.1.1.2.2 Conselho de Pesquisa e Inovação

O Conselho de Pesquisa e Inovação, órgão deliberativo especializado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul em matéria de Pesquisa e Inovação, subordinado às diretrizes do Conselho Superior, será constituído pelos seguintes membros:

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação, como seu presidente; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Diretorias de Extensão e Relações Institucionais dos *Campi*; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos docentes; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos administrativos; representante dos discentes de Educação Básica e representante dos discentes de Educação Superior.

ATRIBUIÇÕES:

São atribuições do Conselho de Pesquisa e Inovação:

- zelar pela boa execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI – do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- propor ao Conselho Universitário políticas, diretrizes e normas relativas à Pesquisa e Inovação;
- propor e aprovar políticas, diretrizes e normas gerais, para organização, funcionamento, implementação e alterações relativas às atividades de pesquisa e inovação, encaminhando-as ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- aprovar os regulamentos relacionados às atividades de transferência de tecnologia e direitos autorais;
- aprovar os regulamentos relacionados a programas de desenvolvimento social e comunitário;
- aprovar regulamentos de programas de apoio ao desenvolvimento de habitats de inovação;
- aprovar regulamento de concessão de bolsas de pesquisa;
- aprovar os regulamentos relacionados às atividades de transferência de tecnologia e direitos autorais;
- atuar como instância de recursos na área de Pesquisa e Inovação;
- elaborar proposta de alteração de seu Regulamento, a ser submetida à apreciação do Conselho Superior;
- estabelecer políticas de avaliação da Pesquisa e Inovação; e
- manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

3.1.1.2.3 Conselho de Extensão e Relações Institucionais

O Conselho de Extensão e Relações Institucionais, órgão deliberativo especializado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul em matéria de extensão e Relações Institucionais, subordinado às diretrizes do Conselho Superior, será constituído pelos seguintes membros:

Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Diretorias de Extensão e Relações Institucionais dos *Campi*; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos docentes; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos administrativos; representante dos discentes de Educação Básica e representante dos discentes de Educação Superior.

ATRIBUIÇÕES:

São atribuições do Conselho de Extensão e Relações Institucionais:

- zelar pela boa execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI – do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- propor e aprovar políticas, diretrizes e normas gerais, para organização, funcionamento, implementação e alterações relativas às atividades de Extensão e Relações Institucionais, encaminhando-as ao Conselho Superior para apreciação e aprovação;
- aprovar mecanismos de interação com a comunidade;
- aprovar os regulamentos relacionados a programas de desenvolvimento social e comunitário;
- aprovar regulamentos de programas de apoio ao desenvolvimento de habitats de inovação;
- aprovar regulamento de concessão de bolsas de extensão;
- estimular à promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas, como forma de integração com a comunidade;
- aprovar regulamento de apoio à promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas;
- aprovar regulamentos para a oferta de programas de educação continuada;
- elaborar proposta de alteração de seu Regulamento, a ser submetida à apreciação do Conselho Superior; e
- manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

3.1.1.2.4 Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão deliberativo especializado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul em matéria de Administração, subordinado às diretrizes do Conselho Superior, será constituído pelos seguintes membros:

Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Diretorias de Administração dos *Campi*; Auditor institucional; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos docentes; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos administrativos; representante dos discentes de Educação Básica e representante dos discentes de Educação Superior.

ATRIBUIÇÕES:

São atribuições do Conselho de Administração:

- zelar pela boa execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI – do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- propor ao Conselho Superior políticas, diretrizes e normas relativas à administração do Instituto Federal, envolvendo quadros de pessoal, financeiros e infraestrutura;
- apreciar e opinar a respeito do orçamento anual e aprovar a matriz interna de descentralização orçamentária para os *Campi*;
- analisar e dar parecer na prestação de contas anual da Reitoria, a ser aprovada pelo Conselho Superior;
- propor taxas, contribuições e emolumentos;
- opinar sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico; e
- manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

3.1.1.2.5 Conselho de Desenvolvimento Institucional

O Conselho de Desenvolvimento Institucional, órgão deliberativo especializado do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul em matéria de Desenvolvimento Institucional, subordinado às diretrizes do Conselho Superior, será constituído pelos seguintes membros:

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitor de Extensão e Relações Institucionais; Pró-Reitor de Administração; Diretores Gerais dos *Campi*; Auditor institucional; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos docentes; representação de 1/3 do número de *Campi*, destinados aos administrativos; representante dos discentes de Educação Básica e representante dos discentes de Educação Superior.

ATRIBUIÇÕES:

São atribuições do Conselho de Desenvolvimento Institucional:

- zelar pela boa execução do Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPI – do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- superintender a elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- propor ao Conselho Superior políticas, diretrizes e normas relativas ao desenvolvimento institucional, envolvendo gestão de pessoas e avaliação institucional;
- propor alternativas organizacionais, visando ao constante aperfeiçoamento da gestão;
- contribuir com o fortalecimento da identidade institucional e com a descentralização e melhoria da gestão pedagógica e administrativa;
- supervisionar as atividades de gestão das informações, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas do Instituto;

- disseminar as boas práticas de gestão para os *Campi*;
- atuar na articulação da Reitoria com os *Campi*; e
- manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação.

3.1.1.3 Órgãos Executivos Superiores

Além da Reitoria, Gabinete, Assessorias Especiais e Órgãos de Apoio, o Instituto Federal possui como órgão executivo superior as Pró-Reitorias, a saber:

Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação; Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais; Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

3.1.1.4 Diretorias Sistêmicas: Procuradoria Jurídica e Ouvidoria

3.1.1.4.1 Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Instituto Federal é parte da Procuradoria-Geral Federal, e está vinculada à Advocacia-Geral da União. Possui funções de assessoramento e consultoria jurídica aos diversos setores da instituição.

3.1.1.4.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, órgão interno, vinculado à Reitoria, tem por finalidade:

- garantir o princípio da ética, da eficiência e da transparência nas relações entre Estado e o cidadão;
- estabelecer o elo entre o cidadão pertencente à comunidade externa ou interna do Instituto Federal;
- possibilitar o direito à manifestação dos usuários sobre os serviços prestados pelo Instituto Federal, assegurando-lhes o exame de suas reivindicações;
- buscar a melhoria da qualidade e a eficiência nos serviços prestados pelo Instituto Federal;
- construir e incentivar a prática da cidadania, ao permitir a participação do corpo discente, docente, técnico-administrativo e da comunidade externa na administração do processo de prestação de serviços do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul;
- garantir o direito à informação, orientando como o usuário poderá obtê-la;
- atuar na melhoria dos serviços prestados pelo Instituto Federal, estabelecendo parcerias internas visando à efetividade do relacionamento entre a comunidade acadêmica.

3.1.1.5 Órgão de Controle: Auditoria Interna

3.1.1.5.1 Auditoria Interna

A Auditoria Interna é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações do Instituto Federal e prestar apoio, dentro de suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Tem por objetivo sistematizar procedimentos, tecnicamente normatizados, por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas, caso ocorram desvios gerenciais no Instituto Federal.

Os trabalhos de auditoria interna serão executados por auditor interno e terá como característica principal o assessoramento à Reitoria, Pró-Reitoria, Diretorias e comunidade acadêmica, buscando agregar valor à gestão.

3.1.1.6 Fóruns Consultivos

O Instituto Federal possui os seguintes Fóruns Consultivos: Colégio de Dirigentes, Fórum de Desenvolvimento e Fórum dos Executivos dos Municípios dos *Campi*.

3.1.1.6.1 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, e possui a seguinte composição: Reitor, como presidente, Pró-Reitores e Diretores-Gerais dos *Campi*.

3.1.1.6.2 Fórum de Desenvolvimento

O Fórum de Desenvolvimento, órgão de caráter consultivo, tem por finalidade aprimorar a interação do Instituto com os diferentes segmentos da sociedade organizada, buscando aperfeiçoar as diretrizes institucionais, e definir ações conjuntas que viabilizem e conduzam ao desenvolvimento do Instituto Federal, no Estado de Mato Grosso do Sul.

3.1.1.6.3 Fórum dos Executivos dos Municípios dos *Campi*

O Fórum dos Executivos dos Municípios, em que os *Campi* serão instalados, órgão de caráter consultivo, tem por finalidade assessorar o Instituto Federal na consecução de seus princípios, finalidades e objetivos, prestando apoio institucional e político, visando a ações conjuntas para o aprimoramento e expansão do atendimento dos anseios da comunidade sulmatogrossense.

3.1.1.7 Assessorias Especiais

3.1.1.7.1 Assessoria de Tecnologia da Informação

A necessidade de utilizar recursos tecnológicos apropriados, que proporcionem o melhor desempenho laboral e acadêmico, é fundamental para o sucesso do processo de implantação e o crescimento adequado às demandas futuras.

Devido ao, ainda, reduzido quadro de pessoal, os recursos tecnológicos atuais do Instituto estão compreendidos nesta reduzida escala. Toda a comunicação é feita por meio de uma operadora de telefonia local, sendo o link de internet um ADSL 3Mb para download e 256kbps para upload. Nenhuma aplicação corporativa está em uso localmente ou em desenvolvimento e todas as aplicações, em especial o sistema de orçamento e gestão, estão sendo utilizadas por cessão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

O sistema de e-mail corporativo está sendo provido por provedor comercial, com limitação de número de contas máximas a serem criadas.

A Assessoria de Tecnologia da Informação está subordinada diretamente à Reitoria, para que possa atender, a contento, as demandas do Instituto Federal, com intuito de auxiliar no processo decisório, e prover a governança de TI, nos moldes preconizados pelo Tribunal de Contas da União. Para tal, faz-se necessário dotar a área de TI de estrutura organizacional e quadro de pessoal efetivo especializado e adequado, bem como de investimentos na infraestrutura e na atualização de equipamentos e na capacitação de seus servidores.

Ações que deverão ser executadas para que a TI seja efetivamente uma ferramenta e gestão do Instituto:

- Dotar a área de TI de estrutura adequada.
- Adotar políticas de segurança de informação e uso de Rede.
- Implantar metodologia/documentação para desenvolvimento de sistemas e sítio para internet.
- Padronizar linguagem de programação.
- Alinhamento à política de uso de *softwares* do Ministério da Educação.
- Adotar modelos de acessibilidade e usabilidade.
- Quadro de servidores condizente com a realidade dos serviços executados.
- Prover recursos de *hardware*, *software*, conectividade e serviços.
- Capacitação do quadro de servidores.

Os principais objetivos desta Assessoria consistem em prover, aos usuários do Instituto Federal, a qualidade do serviço de Tecnologia da Informação, tanto no desenvolvimento de aplicações, quanto na utilização da rede e internet e desenvolver sistemas de maneira integrada a todos os *Campi*.

Esta assessoria é responsável pela análise, desenvolvimento e manutenção de sistemas que atendam ao usuário, mantém a rede de dados, acesso à internet e presta suporte técnico aos usuários do sistema em relação à utilização do serviço de e-mail e servidor de páginas.

3.1.1.7.2 Assessoria de Transferência de Tecnologia

Tem por objetivo formalizar a transferência dos direitos de utilização e comercialização de novas descobertas e inovações, resultantes da investigação científica.

3.1.1.7.3 Assessoria de Ações Inclusivas

Implantação do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais (TECNEC), com a criação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) em cada *Campus*. O TECNEP é um Programa que visa à inserção das Pessoas com Necessidades Especiais nos cursos de formação inicial e continuada, de educação básica e superior, nas Instituições Federais de Educação Tecnológica.

O NAPNE é o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais. É o setor da instituição que articula pessoas e instituições, desenvolvendo ações de implantação e implementação do Programa TECNEP no âmbito interno, envolvendo sociólogos, psicólogos, supervisores e orientadores educacionais, técnicos-administrativos, docentes, discentes e pais. Tem com objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade, e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais.

3.1.1.7.4 Assessoria de Gestão de Pessoas

Sabendo-se que a gestão de pessoas é o conjunto de políticas e práticas definidas por uma organização para orientar o comportamento humano e as relações interpessoais no ambiente de trabalho, esta assessoria tem por objetivo implementar ações que permitam conhecer, potencializar, integrar e subsidiar a gestão das competências individuais e institucionais visando à autorrealização das pessoas e à excelência no cumprimento da missão institucional.

3.1.1.7.5 Assessoria de Relações Internacionais

Objetiva desenvolver parcerias para oportunizar programas de intercâmbio para a comunidade interna. Visa encaminhar seus alunos para o exterior, como também receber intercambistas de outros países. A assessoria busca facilitar o contato com outras culturas, que possibilitem diferentes perspectivas profissionais de aprendizagem, além da possibilidade de celebrar convênios para o desenvolvimento de pesquisas, dupla diplomação, mestrados e doutorados sandwich, além de tramitação de documentos burocráticos, como obtenção de vistos.

3.1.1.7.6 Assessoria de Comunicação, Imprensa e Eventos

Estabelece a ligação entre o Instituto Federal e o público, sendo responsável pela administração da informação. É responsável também pela gestão do relacionamento entre o Instituto Federal e a imprensa, assim como pela concepção, organização e coordenação de eventos.

3.1.1.7.7 Assessoria de Avaliação Institucional

Tem como objetivo assessorar o Instituto Federal nas atividades relacionadas à Avaliação Institucional, incluindo a Comissão Própria de Avaliação.

3.1.1.7.8 Assessoria de Informações e Dados Institucionais

Esta assessoria, de posse de dados coletados no sistema acadêmico e administrativo, fará a análise dos dados, verificando seu significado e qual o impacto destes para o Instituto Federal. E, em conjunto com os setores competentes, fará a proposição das ações a serem adotadas, visando à melhoria contínua dos processos.

3.1.1.8 Comissões Especiais

3.1.1.8.1 Comissão de Ética

Tem por objetivo revisar normas que dispõem sobre conduta ética na administração pública federal, assim como, elaborar e propor à instituição um código de conduta. Também faz a orientação à comunidade acadêmica para que se conduza de acordo com normas que possam inspirar respeito, credibilidade e ética no serviço público.

3.1.1.8.2 Comissão Própria de Avaliação

Assessoramento e acompanhamento da execução da Política de Avaliação Institucional. Tem atuação junto à Assessoria de Avaliação Institucional.

3.1.1.8.3 Comissão Permanente de Pessoal Docente

É órgão de assessoramento, com a atribuição de colaborar com a política de pessoal docente do Instituto Federal. Cabe a esta Comissão apreciar assuntos concernentes à alteração de regime de trabalho dos docentes, avaliação de seu desempenho com vistas à progressão funcional, processos de ascensão funcional e solicitações de afastamento para pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

3.1.1.8.4 Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo

Órgão de assessoramento, acompanhamento e supervisão da execução da política do pessoal técnico-administrativo. Tem como missão primordial atuar junto ao Instituto Federal, no sentido de buscar as ações que venham melhorar, em toda sua abrangência, o trabalho do servidor técnico-administrativo.

3.1.2 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Com o objetivo de melhor atender aos alunos, serão criados os órgãos de apoio às atividades acadêmicas, como: central de relacionamento com os alunos, para harmonizar as relações entre a instituição e os discentes; seção de registros acadêmicos; setor de equipamentos audiovisuais; orientação psicopedagógica; assistência ao educando (assistência social, consultório médico-odontológico).

3.1.3 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE, INSTITUIÇÕES E EMPRESAS (MECANISMOS INSTITUCIONAIS DE INTERAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO E A PRÁTICA SOCIAL)

Criação do Conselho Empresarial.

Comemoração do Dia da Indústria.

Encontro de Egressos.

Encontro de Recrutadores de Recursos Humanos.

Departamento de Serviços e Projetos Tecnológicos.

Concorrência aos editais de fomento do BNDES, FINEP, entre outros.

Editais RHAE.

Institucionalização da Feira das Empresas.

Feira de Estágios e Empregos.

4 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAL

4.1 CORPO DOCENTE – COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

O corpo docente é constituído pelos professores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal, regidos pelo Regime Jurídico Único, e demais professores admitidos na forma da lei.

O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, o acesso, a aposentadoria e a dispensa do docente são regidos por legislação específica.

COMPOSIÇÃO: a ser formada, pois o Instituto Federal encontra-se em fase de implantação.

ATRIBUIÇÕES:

De acordo com o Artigo 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, os docentes incumbir-se-ão de:

- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- zelar pela aprendizagem dos alunos;
- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO:

Oferta do Programa Especial de Formação Pedagógica aos docentes não-licenciados.

Após o estágio probatório, será operacionalizado o Programa de Capacitação docente para afastamento para cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A Assessoria de Gestão de Pessoas fará levantamento periódico das necessidades dos servidores, para a oferta de cursos de acordo com a demanda.

Incentivo aos docentes para apresentação de trabalhos em eventos técnico-científicos, por meio de ajuda de custo, com passagens e pagamento de inscrição.

O Instituto Federal adotará política de capacitação de pessoal, com a reserva de 10% das vagas em todos os cursos extraordinários ofertados.

REGIME DE TRABALHO:

Regime de 20 horas (parcial), 40 horas (integral) com ou sem Dedicação Exclusiva, professor substituto e professor visitante.

Os docentes que optarem pela Dedicação Exclusiva deverão apresentar um Plano de Trabalho, com duração e avaliação anual.

CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE, DETALHANDO PERFIL EXISTENTE

Inicialmente, o *Campus* Campo Grande, instalado na capital do Estado de Mato Grosso do Sul, contará com até 180 docentes. Os demais *Campi*, ou seja, Aquidauana, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas contarão, INICIALMENTE, com até 60 docentes.

4.2 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO: COMPOSIÇÃO, POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

O corpo técnico-administrativo é constituído pelos servidores integrantes do quadro permanente de pessoal do Instituto Federal, regidos pelo Regime Jurídico Único, que exerçam atividades de apoio técnico, administrativo e operacional, necessárias ao cumprimento dos princípios, finalidades e objetivos institucionais.

O ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, o acesso, a aposentadoria e a dispensa do servidor técnico-administrativo são regidos por legislação específica.

COMPOSIÇÃO: a ser formado, pois o Instituto Federal encontra-se em fase de implantação.

POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO:

Oferta do Programa Especial de Formação Pedagógica aos servidores que tiverem interesse.

A Assessoria de Gestão de Pessoas fará levantamento periódico das necessidades dos servidores técnico-administrativos, para a oferta de cursos de acordo com a demanda.

REGIME DE TRABALHO:

40 horas e regime diferenciado para cargos específicos.

O *Campus* Campo Grande possuirá 150 servidores técnico-administrativos e os demais *Campi*, ou seja, Aquidauana, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas contarão cada um, com até 65 servidores.

4.3. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O corpo discente do Instituto Federal é constituído por alunos matriculados nos diversos cursos e programas oferecidos pela instituição.

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul empenhar-se-á em proporcionar ao corpo discente, além do ensino regular:

- oportunidade de participação em programas de melhoria das condições de vida e meio ambiente da comunidade e no processo geral do desenvolvimento local, regional e nacional;
- orientação e instalações adequadas para a realização de programas culturais, artísticos, esportivos e recreativos;
- programas de estágio, iniciação científica e inovação tecnológica;
- programas de incubação, inovação e empreendedorismo;
- programas de assistência estudantil;
- programas de intercâmbios nacionais e internacionais;
- orientação psicopedagógica e profissional; e
- apoio às iniciativas de representação como instrumento de formação da cidadania.

4.4 FORMAS DE ACESSO, PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO (BOLSAS)

O acesso aos cursos técnicos de nível médio se dará por EXAME DE SELEÇÃO. Os cursos superiores adotarão o acesso via ENEM, o Exame Nacional do Ensino Médio. Os demais cursos terão seleção própria, previstas em edital.

Programas de Apoio Pedagógico e Financeiro: bolsa permanência, institucionalização de estagiários, bolsistas e monitores, programas de empreendedorismo, institucionalização do Grêmio Estudantil.

4.5 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA (PROGRAMA DE NIVELAMENTO, ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO)

Cursos de férias.

Aulas de Permanência (atendimento pelo docente).

Grupos de estudos discentes.

4.6 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL (ESPAÇO PARA PARTICIPAÇÃO E CONVIVÊNCIA ESTUDANTIL)

Implantação do Grêmio Estudantil.

Incentivo à formação de Associação de Técnicos e de Tecnólogos.

Criação da orquestra sinfônica, grupos de música, coral, equipes esportivas, entre outros.

4.7 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

Encontro anual com egressos.

Manutenção de cadastro de egressos atualizado, para otimização das atividades acadêmicas institucionais.

5 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de seus princípios, finalidade e objetivos de ensino, pesquisa e extensão e assegurem plena utilização de seus recursos financeiros, materiais e gestão de pessoas.

A estrutura acadêmica e administrativa, com enfoque *multicampi*, deve manter-se aos seus princípios fundamentais de planejamento, coordenação e descentralização pela delegação de competências e controle.

O currículo no Instituto Federal está fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político pedagógico institucional, sendo norteado pelos princípios inerentes à Administração Pública.

As ofertas educacionais do Instituto Federal estão organizadas por meio da formação inicial e continuada de trabalhadores, da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

Os cursos regulares do Instituto Federal serão caracterizados por:

- adoção de métodos diferenciados de ensino e de formas de organização do trabalho acadêmico;
- incorporação dos saberes dos estudantes às práticas de ensino;
- estímulo à criatividade, à autonomia intelectual e ao empreendedorismo;
- valorização das inúmeras relações entre conteúdo e o contexto sociocultural;
- integração de estudos de diferentes campos do conhecimento;
- verticalização e flexibilidade curricular;
- mobilidade nos planos interno (*intercampi*) e externo (interuniversitário nacional e internacional);
- indissociabilidade do ensino com a pesquisa e a extensão.

As atividades de Ensino serão desenvolvidas respeitando as Diretrizes Nacionais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, as Diretrizes Internas, aprovadas pelo Conselho Superior, e os regulamentos específicos, previstos no Regimento Geral e aprovados pelos Conselhos Especializados.

Cada curso terá um Colegiado, de caráter propositivo, responsável pela assessoria didático-pedagógica à Coordenação.

As formas de composição e funcionamento do Colegiado serão estabelecidas nas Diretrizes dos Colegiados de Cursos, aprovadas pelo Conselho de Ensino.

5.1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Regulamento da Organização Didático-Pedagógica será elaborado por modalidade de curso, homologado pelo Conselho de Ensino e aprovado pelo Conselho Superior, respeitando as diretrizes contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 e as legislações pertinentes.

As diretrizes de ensino serão padronizadas para os sete *Campi*, respeitando suas particularidades.

No plano de atendimento às diretrizes pedagógicas, todos os projetos de cursos deverão conter:

Justificativa e Objetivos.

Requisitos para ingresso.

Perfil do egresso.

Organização Curricular - Matriz curricular.

Ementas.

Bibliografias.

Processo de avaliação.

Planos de realização de estágio curricular, Atividades Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso.

Critérios para validação de disciplinas anteriormente cursadas.

Infraestrutura física, equipamentos, acervo bibliográfico, recursos tecnológicos.

Corpo docente e administrativo.

Detalhamento de titulação a ser obtida, quanto aos diplomas ou certificados a serem expedidos.

5.2 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Serão criadas as regulamentações e as condições para a oferta (equipamentos, capacitação de pessoal, confecção de material didático) de cursos a distancia.

Inclusão do Instituto Federal no Programa Escola Técnica Aberta do Brasil – E-Tec, visando ao desenvolvimento da educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no País.

5.3 PROGRAMAS ESPECIAIS DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

Dada a característica predominante do corpo docente, o Instituto Federal oportunizará a oferta de Programa Especial de Formação Pedagógica, como compulsória aos docentes não-licenciados. Este curso tem por objetivo habilitar portadores de diplomas de graduação para o exercício de Magistério, em disciplinas do Currículo que integram as quatro últimas séries do ensino fundamental, o ensino médio e a educação profissional em nível médio.

Os programas terão seus currículos estruturados nos seguintes núcleos:

a) NÚCLEO CONTEXTUAL, visando à compreensão do processo de ensino e aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.

b) NÚCLEO ESTRUTURAL, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração

com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.

c) NÚCLEO INTEGRADOR, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.

O programa se desenvolverá em, pelo menos, 540 horas, incluindo a parte teórica e prática, esta com duração mínima de 300 horas.

5.4 Pós-Graduação (*lato sensu*)

Após estudo das demandas existentes, serão realizados estudos para a oferta de Pós-Graduação (*lato sensu*).

5.5 Pós-Graduação (*stricto sensu*)

A priori, em estudos junto à comunidade acadêmica, serão escolhidas áreas estratégicas de atuação para programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo especificadas antecipadamente as áreas de excelência de cada *Campus*, para que se possa canalizar as capacitações e publicações para a área escolhida.

5.6 Programas de Extensão

A extensão, atividade a ser considerada parte do tripé que sustenta a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, será vista como compulsória aos docentes e incluída em sua carga horária.

5.7 Programas de Pesquisa

Serão incentivadas as pesquisas de cunho tecnológico, visando à aplicabilidade de seus resultados para a sociedade. Buscar-se-á fomento para laboratórios e equipamentos, além da capacitação de pessoas para o desenvolvimento de pesquisa.

6 INFRAESTRUTURA

6.1 Infraestrutura Física

QUADRO 20 – Áreas dos *Campi* do IFMS

ÁREAS (DEFINIDAS e DOADAS PELO MUNICÍPIO)	
MUNICÍPIO	TERRENO
<i>Campus</i> AQUIDAUANA	URBANO - 70.000 m ²
<i>Campus</i> CAMPO GRANDE	URBANO - 73.496 m ² (40.000 m ²)
<i>Campus</i> CORUMBÁ	URBANO - 46.212 m ²
<i>Campus</i> COXIM	URBANO - 70.000 m ²
<i>Campus</i> NOVA ANDRADINA	RURAL - 186 há
<i>Campus</i> PONTA PORÃ	RURAL - 25 há (25 há)
<i>Campus</i> TRÊS LAGOAS	URBANO – 49.870 m ²

6.1.1 ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Sítio eletrônico do Instituto Federal acessível.

Acessibilidade física prevista na NBR 9050 (banheiros, rampas, corredores, balcão de atendimento, entre outros).

Quanto à acessibilidade atitudinal, serão fornecidos cursos iniciais para sensibilização e de capacitação de servidores docentes e administrativos, assim como de alunos.

Identificação das placas em *Braille*.

Largura de corredores que permita o tráfego de cadeira de rodas.

Corrimão com altura adaptada para atendimento às pessoas com mobilidade reduzida.

Utilização de *softwares* específicos para determinadas deficiências, com o objetivo de auxiliar o processo de ensino e de aprendizagem.

Tradutor da Linguagem Brasileira de Sinais.

6.2 ESTRATÉGIAS E MEIOS PARA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Criação de informativo eletrônico com as atividades desenvolvidas pelo Instituto Federal, tendo como público-alvo a comunidade interna (alunos, professores e técnicos-administrativos) e externa (sociedade, órgãos públicos, empresas conveniadas e demais instituições de ensino).

Criação da Assessoria de Comunicação e Eventos, que oportunizará o relacionamento entre profissionais da imprensa e a Instituição.

Setor de divulgação de eventos, cursos e processos seletivos de ingresso ao Instituto Federal.

6.3 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI

INFRAESTRUTURA DA REITORIA

Atualmente, a Reitoria do Instituto Federal encontra-se instalada em um prédio provisório, sito na Avenida Afonso Pena, 775, Bairro Amambai, Campo Grande – MS.

Infraestrutura dos *Campi*

QUADRO 21 – Licitações de NOVA ANDRADINA

LICITAÇÕES			
<i>Campus</i>	NOVA ANDRADINA	NOVA ANDRADINA	NOVA ANDRADINA
PROCESSO	FUNTEF	EAF-NA	FUNTEF
OBJETO	REFORMA 1ª FASE	EXP. 2ª FASE	REDE ELÉTRICA
VALOR ESTIMADO	R\$ 1.500.000,00	R\$ 3.600.000,00	R\$ 221.437,00
VALOR CONTRATADO	R\$ 1.498.540,00	R\$ 3.465.192,78	R\$ 209.994,74
EMPRESA VENCEDORA	ILHA GRANDE	ENGENHAR	DELTA ENGENHARIA
MODALIDADE	TOMADA	CONCORRÊNCIA	TOMADA
NR.	CP 01/09	CP 01/09	TP 02/09
Publicação Edital DOU	03-set-09	09-abr-09	02-dez-09
Data da Abertura	19-set-09	15-mai-09	17-dez-09
Prazo de Recurso Habilitação	NT	02-jun-09	NT
Contra Razões Habilitação	NT	NT	NT
Parecer da Comissão/Recurso	NT	NT	NT
Abertura Propostas	19-set-09	05-jun-09	18-dez-09
Julgamento Proposta	25-set-09	24-jun-09	-
Publicação do Resultado Proposta	29-set-09	24-jun-09	23-dez-09
Recurso da Proposta	NT	NT	NT
Contra Razões Proposta	-	NT	NT
Parecer da Comissão/Recurso	NT	NT	NT
Empenhado	30-set-09	03-jul-09	23-dez-09
Início do Contrato	15-out-09	ago-09	26-jan-09

NT – Não Teve

QUADRO 22 – Licitações de CAMPO GRANDE

LICITAÇÕES		
<i>Campus</i>	CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE
	ETF-MS	FUNTEF
OBJETO	OBRAS Bloco A e C	OBRAS Bloco E
VALOR ESTIMADO	R\$ 4.500.000,00	R\$ 2.146.463,34
VALOR CONTRATADO		
EMPRESA VENCEDORA		
MODALIDADE	CONCORRÊNCIA	CONCORRÊNCIA
NR.	CP 01/09	CP 01/09
Publicação Edital DOU	20-mai-09	14-abr-09
Data da Abertura	26-jun-09	15-mai-09
Prazo de Recurso Habilitação	03-jul-09	06-out-09
Contra Razões Habilitação	10-jul-09	22-jun-09
Parecer da Comissão/Recurso	17-jul-09	29-jun-09
Abertura Propostas		
Julgamento Proposta		07-jul-09
Publicação do Resultado Proposta		
Recurso da Proposta		
Contra Razões Proposta		
Parecer da Comissão/Recurso		
Empenhado		
Início do Contrato		

NT – Não Teve

QUADRO 23 – Licitações AQUIDAUANA, CORUMBÁ, COXIM, PONTA PORÃ e TRÊS LAGOAS

LICITAÇÕES						
<i>Campus</i>	COXIM	AQUIDAUANA	CORUMBÁ	PONTA PORÃ	TRÊS LAGOAS	5 <i>Campi</i>
OBJETO	OBRA 5 BLOCOS	OBRA 5 BLOCOS	OBRA 5 BLOCOS	OBRA 5 BLOCOS	OBRA 5 BLOCOS	PROJETO ARQ.
VALOR ESTIMADO	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 6.000.000,00	R\$ 350.000,00
VALOR CONTRATADO						R\$ 262.000,00
EMPRESA VENCEDORA						PROA ARQ.
MODALIDADE	CONCORRÊNCIA	CONCORRÊNCIA	CONCORRÊNCIA	CONCORRÊNCIA	CONCORRÊNCIA	TOMADA
NR.	CP 02/09	CP 03/09	CP 04/09	CP 05/09	CP 06/09	TP 01/08
Publicação Edital DOU	20-mai-09	26-mai-09	20-mai-09	20-mai-09	26-mai-09	20-ago-08
Data da Abertura Habilitação	23-jun-09	26-jun-09	25-jun-09	24-jun-09	25-jun-09	5-set-08
Prazo de Recurso Habilitação	30-jun-09	3-jul-09	NT	1-jul-09	2-jul-09	29-set-08
Contra Razões (Hab.)	8-jul-09	10-jul-09	NT	8-jul-09	9-jul-09	7-out-08
Parecer da Comissão/Recurso	16-jul-09	17-jul-09	NT	16-jul-09	17-jul-09	9-set-08
Abertura Propostas/Preços						16-out-08
Julgamento Proposta			25-jun-09			20-out-08
Publicação do Resultado Proposta						22-out-08
Recurso da Proposta						NT
Contra Razões Proposta						NT
Parecer da Comissão/Recurso						NT
Empenhado						12-dez-08
Início do Contrato						12-dez-08

NT – Não Teve

7 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

O patrimônio do Instituto Federal é constituído por:

- bens e direitos que compõem o patrimônio da Reitoria e de cada um dos *Campi* que o integram;
- bens e direitos que vier a adquirir;
- doações ou legados que receber; e
- incorporações que resultem de serviços realizados.

Os bens e direitos do Instituto Federal devem ser utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados, exceto nos casos e condições permitidos em lei.

Os recursos financeiros do Instituto Federal serão provenientes de:

- dotação que lhe for anualmente consignada no Orçamento Geral da União, créditos especiais e adicionais;
- dotações, auxílios, doações e subvenções que lhe venham a ser feitas ou concedidas pela União, Estados e Municípios, ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas;
- taxas, anuidades e emolumentos;
- resultado de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;
- receitas provenientes de rendimentos sobre direitos de propriedade, direitos autorais, propriedade industrial, cessão de uso e outros;
- saldo de exercícios anteriores;
- renda de aplicação de bens e valores patrimoniais;
- alienação de bens; e
- receitas eventuais.

O sistema orçamentário e financeiro do Instituto Federal é regido por legislação específica.

O Reitor poderá delegar competência aos Pró-Reitores, Diretores Sistêmicos, Assessores Especiais e Diretores-Generais para realização de despesas, dentro da limitação legal e normativa.

7.1 DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS

Na condição de Autarquia Federal, o Instituto Federal é vinculado diretamente à Secretaria de Educação Tecnológica do Ministério da Educação e, consequentemente, apresenta sua sustentabilidade financeira apoiada primordialmente em recursos oriundos da União, que é sua mantenedora.

7.2 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A Administração Pública tem como principal objetivo o interesse público, seguindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Apoiado neste princípio, o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul implementará sua gestão administrativa a partir de uma estrutura organizacional que abraçará o plano estratégico, as políticas, as diretrizes e o planejamento da Instituição, definidos pela Reitoria, Pró-Reitorias e Direções dos *Campi*, sempre com a anuência dos Conselhos especializados.

A implantação das decisões estabelecidas no nível estratégico, e que afetem diretamente os *campi*, estará sob responsabilidade da Diretoria do *Campus* e das suas Diretorias e Departamentos, assim como ao que tange ao operacional, à execução e ao acompanhamento das diretrizes da Instituição e seguirão a hierarquia de acordo com o organograma de cada *Campus*.

A elaboração de uma política de descentralização de recursos, preservando inicialmente as despesas fixas, em que cada *Campus* disponibilize seus recursos, seguindo critérios próprios e integrados às linhas de gestão administrativa determinadas, decididamente permitirá uma melhor aplicação dos recursos disponíveis.

Na descentralização orçamentária, as Diretorias de Administração dos *Campi*, baseadas nos seus gastos e no seu orçamento anual, planejam suas despesas preservando, em primeiro lugar, as despesas de funcionamento da Instituição.

7.3 PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os recursos para implantar e equipar os novos *Campi* do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, nas cidades de Campo Grande, Coxim, Corumbá, Aquidauana, Ponta Porã, Nova Andradina e Três Lagoas, oriundos do Programa de Expansão do Governo Federal, estão no Planejamento do Governo Federal, com manutenção e investimento por um período de 4 anos, independente da aplicação de matriz orçamentária do MEC.

7.4 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (5 ANOS)

As necessidades, em reais, de investimento em equipamentos e obras nos *Campi* do IFMS para o período de 2009 a 2013 dependerá, além de recursos oriundos do Programa de Expansão, de novos recursos, seja por meio de acréscimo no orçamento anual da Instituição, ou de emendas parlamentares e convênios específicos.

7.5 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Para realizar o acompanhamento periódico do Plano de Desenvolvimento Institucional, serão utilizados mecanismos formais e informais, periódicos e diários, a saber:

- Implantação de ferramentas de gestão para acompanhamento das obras.

- Sistematização das atividades do ensino para acompanhamento das elaborações dos projetos de cursos, regulamentos e calendários.
- Implantação do sistema de avaliação docente pelo discente semestral.
- Avaliação funcional de docentes e técnicos-administrativos.

7.6 PROJETO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

Institucionalização de um setor de avaliação institucional, a ser composta por autoavaliação, avaliação interna e posterior avaliação externa.

Sistematização do auditor institucional.

7.7 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA, TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Reuniões periódicas com os setores da instituição, para coleta de sugestões, sistematização e elaboração de metas.

7.8 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES

Devolutiva das avaliações realizadas ao pessoal avaliado.

Análise de dados coletados nas avaliações, para proposição de alternativas de melhoria, nos casos em que estas se apresentarem insuficientes.

